

SESSÕES DO PLENÁRIO

24ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 04 de abril de 2017.

PRESIDENTE: DEPUTADO SANDRO RÉGIS (1º SECRETÁRIO)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Souza, Angelo Almeida, Angelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Heber Santana, Hildécio Meireles, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Junior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(58)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Leitura do expediente.

(Lê) *“Requerimento. Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar o Projeto de Lei Nº 22.157/2017, de autoria do Poder Executivo.*

Sala das Sessões, 04 de abril de 2017.”

O prêmio dos policiais.

OFÍCIOS

Da Deputada Luiza Maia comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 21/03/2017.

Do Deputado Paulo Câmara comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 28, 29 e 30/03/2017.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Submeto ao Plenário as seguintes atas: ordinárias – 18ª, 19ª, 20ª, ocorridas, respectivamente, nos seguintes dias de março 21, 22, 27; extraordinária - 2ª, ocorrida em 21 de março; especial, 9ª, ocorrida no dia 23 de março de 2017.

Em discussão as atas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas as atas à unanimidade.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pequeno Expediente.(**Oradores Inscritos**)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado do Litoral Norte, que hoje abrange o Oeste e o Norte da Bahia, Alex Lima, fenômeno eleitoral.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Srªs Deputadas e Srs. Deputados, vou falar de duas ações do governo do Estado da Bahia com um impacto muito importante, deputado Adolfo Menezes, para a juventude do nosso Estado.

No último domingo se encerraram as inscrições para o projeto aprovado aqui nesta Casa, o Mais Futuro, que vai garantir auxílio para que os universitários baianos tenham condições de estudar e se qualificar numa ação pioneira do Estado da Bahia. E dividir também com esta Casa a alegria de participar, ontem, do evento ao lado do governador Rui Costa e do secretário Vivaldo de Ciência e Tecnologia.

Quero nesta oportunidade, deputado Angelo, transmitir ao PSB os nossos cumprimentos pela bela escolha do secretário Vivaldo e do gol de placa marcado ontem já no início da sua gestão à frente da Secretaria de Ciência e Tecnologia, que foi o anúncio do evento do Campus Party, maior evento de tecnologia do mundo e que acontecerá na Arena Fonte Nova, ainda esse ano. Para se ter uma ideia, esse evento representa, digamos assim, o que a Copa do Mundo representa para o futebol, esse evento representa para a juventude, deputado Fábio Souto, que é tão conectada com as tecnologias existentes.

Portanto, uma ação importantíssima do governo do Estado da Bahia em trazer esse grande evento para a Bahia. Isso prova, entre outras ações que, apesar de todas as dificuldades, apesar da crise que estamos vivendo em nosso País com efeito em nosso Estado, não tem impedido o governador Rui Costa de continuar inovando,

investindo, aplicando e aumentando os investimentos na Bahia, de modo que nos dá a certeza e a tranquilidade de que estamos no caminho certo de preparar o Estado para crescer ainda mais e avançar nas diversas áreas.

Eu acho, deputado Gika, que esse olhar do governo estadual, sobretudo na juventude, tem mostrado a disposição de S.Ex^a em transformar de fato a vida dos baianos. Não tenho dúvida, deputado Hildécio, que a Bahia irá colher muitos frutos desses investimentos neste motor de cada sociedade, a juventude. Então, o governador Rui Costa tem demonstrado com ações efetivas a prioridade do seu governo e vem enfrentando as dificuldades e a crise que se abate sobre a nossa economia com muita responsabilidade e austeridade, cortando na própria carne. Mas também investindo e mostrando que é possível, sim, ter um Estado mais justo onde as oportunidades sejam para todos e que a Bahia pode continuar avançando nas diversas áreas.

Portanto, Sr. Presidente, queria na tarde de hoje parabenizar o governador Rui Costa, o secretário Vivaldo e toda a sua equipe de governo, que tem superado as dificuldades à custa de muito trabalho.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado querido de Feira de Santana Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas e vocês que nos assistem no *Canal TV Assembleia*, (Lê) “Decididamente, os governos do Partido dos Trabalhadores na Bahia não gostam de centros de convenções - embora este seja um equipamento fundamental para alavancar o chamado turismo de negócios, representado por congressos, feiras, convenções e outros eventos.

Sobretudo nos períodos de baixa estação, quando há queda no chamado turismo de lazer e é preciso movimentar essa atividade econômica, que gera milhares de empregos e representa expressivos 7,5% do PIB do Estado.

Não gosta, simplesmente. Sabe-se lá por quê.

Essa me parece ser a única explicação para o descaso com que esse tipo de equipamento vem sendo tratado pelos governos do PT na Bahia. E o Centro de Convenções de Salvador, que desabou parcialmente em setembro do ano passado, claramente por falta de manutenção, não é o único exemplo desse descaso.

Iniciado ainda no governo Paulo Souto, lá se vão mais de 12 anos, o Centro de Convenções de Feira de Santana permanece inconcluso. Passaram-se os oito anos do governo Wagner, o mandato do governador Rui Costa está chegando ao seu final, e as obras do Centro de Convenções de Feira de Santana continuam paralisadas.

Eu quero, aliás, manifestar aqui a minha solidariedade ao deputado Zé Neto, Líder do governo nesta Casa há vários anos.

Zé Neto, que é de Feira de Santana como eu e é do PT como o governo que aí está, já se cansou de anunciar a conclusão da obra - que, inexplicavelmente, não ocorre.

Ele já está cansado de ser cobrado pela população de Feira de Santana. Minha solidariedade ao deputado Zé Neto.

Nós dois sabemos a importância desse equipamento para a nossa cidade. Mas, infelizmente, os governos do seu partido não gostam de centros de convenções.

Mesmo sabendo que eles são importantes para a atividade turística. Mesmo sabendo que o turismo representa 7,5% de toda a riqueza gerada em nosso Estado. Mesmo sabendo que o turismo é fonte de emprego e renda para milhares de baianos.”

Mas, Sr. Presidente, ainda no tempo que me resta, depois de falar sobre o Centro de Convenções daqui, coisa que o PT não gosta, agora é esperar que a CPI chegue também ao Centro de Convenções de Feira de Santana.

Quero que vocês anotem aí! Pasmem! Pasmem! Hoje pela manhã, depois de convidar os presentes à reunião da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo para uma visita à Feira de São Joaquim, levando suas famílias, o secretário de Turismo do Estado da Bahia, José Alves, nos brindou com a pérola do dia. Ele convidou você a levar a sua família à Feira de São Joaquim e disse: “Lá vocês vão encontrar alguns personagens de Jorge Amado, como Capitães de Areia e as garotas de programa.”

Vou repetir, vou repetir: ele convidou você, deputado Adolfo Viana, e a nós baianos para irmos à Feira de São Joaquim levando as nossas famílias. E disse: “Lá vocês vão encontrar alguns personagens de Jorge Amado, como Capitães de Areia e as garotas de programa”. Veja, essa é a pérola do dia! Este secretário de Turismo da Bahia é fraco! É fraco!

O “governo correria” tem de botar secretário capaz, e não secretário que convida você a levar a sua família à Feira de São Joaquim porque lá vai encontrar as garotas de programa! Faça-me uma garapa!

Com essa eu vou ali e volto daqui a pouco, porque hoje tem votação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com permuta, o deputado “correligionário” de Elmar Nascimento, Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente e Sr. Deputado Carlos Geilson, não tive oportunidade de ouvir na sessão de hoje essas piadas contadas pelo secretário, segundo V.Ex^a. Infelizmente a Bahia, há pouco tempo o segundo Estado que recebia mais turistas, passa por esta grave crise. Há poucos dias, eu falava aqui da nossa vergonhosa rede hoteleira. Uma cidade de três milhões de habitantes onde há anos não se vê construir-se um hotel decente, cinco estrelas, como nós vemos vários sendo construídos nas outras cidades.

A Bahia passa realmente por uma grave crise, a Bahia que há muito tempo está sem um Centro de Convenções. Mas tenho certeza que o governador sabe da importância dessa área e está cuidando. Pelo que, sei o novo Centro de Convenções será construído no Comércio ou no Parque de Exposições. Esses são os estudos,

deputado Leur. É claro que o governador que está construindo o maior metrô do Brasil, o governador que construiu as maiores vias estruturantes desta capital não vai deixar uma área dessas a desejar, como neste momento que a Bahia passa.

Nós não podemos esquecer da maior crise que este País atravessa. Não é à toa! Não é possível que de 27 governadores 23 sejam irresponsáveis e incompetentes. Só quatro governadores neste País no momento estão conseguindo pagar os salários em dia! Vimos há poucos dias, como todo brasileiro viu, o Rio de Janeiro, a cidade mais conhecida do Brasil no mundo e a segunda mais importante brasileira, começando a pagar aos pensionistas que recebem até R\$ 3.000,00. Infelizmente, é a crise que este País atravessa! E tanta coisa precisa ser feita, mas não sei o que faz o Congresso Nacional.

Esta Nação infelizmente vive uma barbárie. E todos nós somos culpados porque já nos acostumamos com esse estado de barbárie. Ainda tem alguns demagogos de vários grupos que defendem, acho que por conveniência, não penalizar um malandro de 17 anos. Argumentam que ele não sabe o que está fazendo. O Brasil está com sua população anestesiada e assiste a esse estado de calamidade na segurança pública de todo o País, não só na da Bahia.

Vimos uma mãe ver seu filho de 15 anos ser assassinado ao chegar da escola, por causa de um aparelho celular! Todos os dias acontece isso!

Neste País, as autoridades, os deputados federais, que têm obrigação constitucional de fazer alguma coisa, fazem de conta que não está acontecendo nada! Esta é a situação deste Brasil. É lamentável!

E a crise não é só no turismo! É moral, é na segurança, na economia! Já estão querendo tirar o presidente Temer quando as coisas começam a melhorar. Não sou do partido do presidente Temer, não estou falando como partidário de grupo nenhum. Falo como brasileiro.

É uma estupidez querer substituir duas vezes o presidente da República em quatro anos, fato que causará mais instabilidade, mais desemprego. Foi uma loucura o que fizeram há poucos dias numa operação desastrada, que veio ao conhecimento de todos depois. Ninguém fez nada, não foi tomada nenhuma atitude, causando milhões de prejuízos!

Não se fala nem mais da imagem do Brasil lá fora, porque já está no chão há muito tempo. Só se ouve falar dos índices de violência no Brasil, notícias que não prestam infelizmente.

Todos nós - incluo-me porque sou homem público -, até os que não têm cargos públicos, já estão passivos! Ninguém mais se assusta com nada! Os noticiários do dia inteiro só dão notícias ruins. E o Congresso Nacional só cuida de interesses próprios.

Fui contra tirar a presidente Dilma e sou contra substituir mais um presidente da República neste País, que começa a se estabilizar. Os mais pobres, os 14 milhões de desempregados, cujo número aumenta a cada dia mais, é que pagarão!

Não ficaria nenhum governador, nenhum prefeito - ninguém! - se fossem cassados os que usam caixa dois neste País! Esta é a triste realidade da demagogia deste Brasil!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Concedo a palavra ao deputado Roberto Carlos.

O Sr. ROBERTO CARLOS:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, os que prestigiam esta Casa, funcionários, Imprensa, anteontem, 2 de abril, foi o Dia Mundial da Conscientização do Autismo. Apresentei aqui nesta Casa um projeto de lei que dispõe sobre a criação e implantação de clínica-escola do autista para atendimento de alunos e capacitação de educadores no Estado da Bahia e dá outras providências.

O Art. 1º, Sr. Presidente, diz: (Lê) *“Fica o Poder Executivo autorizado a criar e implantar clínica-escola no Estado da Bahia, cujo objetivo é oferecer ensino individualizado aos autistas, potencializar a socialização, aprimorar tratamentos, formar e capacitar profissionais qualificados para crianças, adolescentes e adultos autistas.”*

Parágrafo único - A implantação da clínica-escola nas cidades do interior do Estado será feita em conformidade com a demanda regional, a ser avaliada e definida pelo Estado, através das Secretarias da Educação e Saúde.

Art. 2º - A clínica-escola funcionará como local de triagem para casos mais graves de autismo, cujos portadores apresentam hipersensibilidade. Terá capacidade para até 100 autistas, que permanecerão na clínica até estarem aptos ao ensino regular.

Art. 3º - O espaço contará com psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e neuropediatria para diagnóstico. Também funcionará como centro de capacitação de profissionais que lidam ou pretendam lidar com portadores da síndrome.

Art. 4º - Ficam autorizadas as Secretarias da Educação e Saúde do Estado a tomarem as demais providências cabíveis necessárias à implementação desta lei.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Quero pedir aos Líderes, deputados Leur Lomanto, da Oposição, e Zé Neto, do Governo, para darem prioridade a este projeto.

A gente sabe que na Bahia existem muitas pessoas doentes ou que têm essa síndrome e precisam dos cuidados não apenas dos pais e das famílias, mas sobretudo da Assembleia Legislativa deste Estado e do governo estadual.

A Bahia só conta desde novembro do ano passado, Sr. Presidente, com um Centro de Referência Estadual tratando pessoas com transtorno do espectro do autista. Só para que V.Ex^{as} possam saber da importância que esse centro tem, em apenas um mês foram atendidas mais de 200 pessoas portadoras dessa síndrome.

Por isso, Sr. Presidente, deputado Manassés, que ora preside esta sessão, peço a V.Ex^a o apoio necessário para que possamos aprovar este projeto que se encontra tramitando nas Comissões. Assim, na verdade, poderemos contribuir e ajudar essas pessoas, que não pediram para nascer com esses transtornos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Concedo a palavra ao deputado Adolfo Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Imprensa aqui presente, telespectadores que nos acompanham através da *TV Assembleia*, hoje nós tivemos no âmbito das Comissões a visita do secretário de Turismo. E temos também, já publicada no Diário Oficial, a CPI do Centro de Convenções. É óbvio que o Estado da Bahia vem sofrendo bastante por não ter um Centro de Convenções adequado.

E essa falta do Centro de Convenções é por termos um governo que não dá a devida atenção, a devida prioridade a esse assunto tão importante para o desenvolvimento do nosso Estado.

É óbvio que precisaríamos estimular o turismo, porque somos um Estado privilegiado em relação aos demais da Federação. Temos uma história diferenciadíssima, geograficamente estamos muito bem posicionados, e o turismo aqui, no Estado da Bahia, deveria ser, sim, uma prioridade. Infelizmente, o atual Governo não enxerga dessa maneira. O fato é que muitos recursos foram investidos no Centro de Convenções e ele está dessa maneira, desabado, e sem sequer uma alternativa feita por parte do Governo do Estado para que pudéssemos sonhar em termos um local adequado para as nossas convenções.

E o que me preocupa, deputado Hildécio, deputado Pablo, deputado Luciano é que não temos uma alternativa. Não vi nem ouvi o secretário e nenhum representante do Governo do Estado dar um caminho, dizer que se está fazendo um estudo para abrir um Centro de Convenções, para recuperar este. Ou seja, o Governo do Estado faz ouvidos de mercador, como se estivessemos vivendo um momento maravilhoso em relação ao turismo.

E para preocupar ainda mais a V.Ex^{as}, vejam as dificuldades que nós, baianos, temos para promover, para vender a Bahia para fora, para que os turistas voltem a frequentar o nosso Estado. Percebam, Centro de Convenções não temos. E as manchetes dos jornais de ontem, deputado Pablo Barroso: fuga de 25 presos em presídio de segurança máxima no Estado da Bahia. Se os números da violência já assustavam a todos nós, baianos, agora, temos fuga de 25 presos em um presídio de segurança máxima.

Ou o Governo do Estado da Bahia compreende de uma vez por todas que investir em segurança é uma necessidade para ontem ou continuaremos a tomar conhecimento desse tipo de notícia que, além de deixar a nós, baianos, entristecidos e

envergonhados, espantam ainda mais os turistas, que já não têm um Centro de Convenções e não se sentem seguros no Estado da Bahia.

Nunca falei aqui sobre o secretário da Segurança Pública, nunca questionei o seu currículo, nunca disse que não tinha capacidade, muito pelo contrário, acho até que ele tem currículo compatível com o cargo, mas é inaceitável que o Governo finja não ouvir os gritos de socorro que vêm dos quatro cantos do Estado da Bahia.

Temos concursos públicos, a Lei Orgânica da Polícia Técnica está aí, ela pede o dobro do número de funcionários. Hoje, em 2017, temos o mesmo número de funcionários na Polícia Técnica que havia em 2005. A Lei Orgânica pede que tenhamos o dobro desse número e, no entanto, o Governo do Estado finge não enxergar que há um concurso vigente, que vence no mês que vem.

Então, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, é o momento de aqui termos altivez, responsabilidade...

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Concluindo, Sr. Presidente.

Precisamos urgentemente colocar essa CPI do Centro de Convenções para funcionar e apurarmos tudo, para vermos, de fato, qual é a responsabilidade do atual Governo em relação ao Centro de Convenções e ao turismo da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho ouvido aqui atentamente o discurso da Oposição em relação à necessidade de se realizar uma CPI para se investigar o desabamento de parte do Centro de Convenções da Bahia, localizado aqui em Salvador.

Acho, Sr. Presidente, que a Oposição faz o seu papel. E eu prefiro, Sr. Presidente, participar de um governo que em 10 anos o grande questionamento da Oposição em relação à realização de uma CPI se trata do desabamento de parte de um Centro de Convenções construído faz mais de 40 anos no Estado da Bahia.

Não vou dizer que essa CPI não tenha relevância. Mas quero dizer que ela não me causa nenhum tipo de preocupação, nenhum tipo de constrangimento. Acho, inclusive, que se houver qualquer tipo de investigação técnica, deveríamos ir mais adiante e não somente até os 10 anos para saber se aquela obra, com aquela estrutura, foi realmente construída dentro dos padrões técnicos estabelecidos e se não houve nenhuma fraude praticada à época da construção para que esse desabamento se desse de forma tão precoce.

Uma CPI, deputado Adolfo, sabemos como começa e quando começa; nunca sabemos como termina e quando termina. Causa-me, sim, suspeita que esse desabamento tenha se dado por falta de inspeção, de manutenção, porque, infelizmente, a Bahia do passado tem um histórico de obras superfaturadas e de

algumas administrações, cuja CPI da Ebal provou aqui nesta Casa, temerosas, que levaram, inclusive, à falência à época daquela instituição.

Creio, sim, que o Governo há de se preparar, os deputados a serem indicados pela Situação, pelo Governo, têm que ser deputados comprometidos, não só politicamente, mas comprometidos também em verificar a lisura do processo de construção daquele equipamento.

E, aí, quero chamar a atenção dos membros da CPI de se constituir um bom corpo técnico, porque se trata da CPI de uma obra de engenharia, não se trata apenas de uma mera discussão política.

Então, quero ver, sim, o resultado dessa CPI. E, se não for membro, serei um atento participante desse processo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, falará o deputado Pablo Barrozo.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, membros da imprensa, baianos e baianas que estão nos assistindo pela *TV Assembleia*, colegas deputadas e deputados, hoje recebemos aqui o secretário de Turismo do Estado, deputado Paulo, e tratamos de um assunto superimportante, que também tem a ver com o Centro de Convenções, mas acho que esse equipamento terá muito tempo, inclusive de uma forma mais responsável, com maior número de dados, como V.Ex^a sugeriu aqui, quando for tratado na CPI. Parabenizo, inclusive, o presidente, pela coragem e independência de instalá-la, dentro das regras e do que preceitua os direitos conferidos a nós, deputados, mas precisamos e não podemos perder o foco.

Vivemos um momento de crise. As arrecadações dos Estados e municípios estão diminuindo. Temos treze milhões de desempregados no País e muitos deles estão aqui na Bahia. Temos um governo ineficiente, inoperante, ineficaz e insensível, como o governo Rui Costa.

Hoje, na audiência com o secretário de Turismo, que tem, inclusive, credenciais na sua vida privada, no trabalho que exerceu na iniciativa privada, mas na Secretaria de Turismo vi que ele está, se não estiver engessado por um orçamento pífio de um governo que não tem interesse e não vê o turismo da Bahia, de Salvador, como uma forma de gerar emprego e renda, está perdido. Porque, quando lhe foi solicitado e perguntado por que o governo da Bahia há muito tempo não faz a propaganda institucional do Estado, não vende o Estado lá fora para que turistas venham para Bahia, para Salvador, investir, gastando em hotéis, bares e restaurantes, usando do turismo aqui, que já é natural e por ser natural não está sofrendo tanto, mas sofre, o porquê de o governo do Estado não estar investindo nisso, em propaganda de TV fechada e aberta, ele falou que essa propaganda, hoje, não é tão importante assim, já é algo arcaico, precisa-se estar é plugado nos celulares, com que as pessoas andam de manhã, de tarde e de noite. Precisamos fazer é essa propaganda.

Todos nós sabemos a importância da TV numa propaganda. Mas isso só mostra a falta de visão do governo do Estado e o que o secretário de Turismo representa hoje.

Quando foi falado da Feira de São Joaquim, que só está pronta em 20%, deputado, e não ficará pronta totalmente, ele falou: “olha, lá é até interessante, vão lá. Vão na Feira de São Joaquim com as famílias.” E olhem o que ele diz depois: “Vão conhecer com suas famílias, porque lá tem samba de roda, samba de roda que o governo não está nem pagando, mas está lá, é natural de lá. Lá, vocês podem ver até figuras de Jorge Amado...” O deputado Rosemberg estava na audiência e pode me corrigir. “Figuras de Jorge Amado, figuras pitorescas da Bahia, até as prostitutas vocês podem ver lá”.

Ao mesmo tempo que fiquei assustado, fiquei impressionado com a falta de respeito ou de visão das políticas públicas do governo do Estado, estando o secretário verbalizando ali a importância da Feira de São Joaquim.

Quando lhe perguntei sobre o *hub*, que é nada mais, nada menos que o sistema de conexão que uma empresa de aviação faz, que saiu daqui, da Bahia, para Pernambuco, ele também disse: “Olhe, nós não estamos muito interessados em ficar brigando por empresas aéreas para virem para cá, porque não precisamos competir com outros estados do Nordeste, porque aqui temos belezas naturais e temos potencial para atrair de outra forma”.

Quando perguntei sobre o ICMS daqui, da Bahia, que é de 18% em cima do querosene de aviação e que nos outros estados do Nordeste é 12%, ele disse: “Não, não estamos preocupados com isso”.

Quando perguntei do Centro de Convenções, que faz este Estado perder R\$ 200 milhões por ano...

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Para concluir, deputado.

O Sr. PABLO BARROZO:- Deputado presidente, 15 segundos para concluir.

(...) ele voltou a falar: “Olhe, o Centro de Convenções é importante, mas não é tão importante assim porque...” – não achou totalidade – “(...) 90% do que se fazia no Centro de Convenções eram formaturas.”

Ali vi que estamos piores do que imaginávamos! O secretário está, talvez, acuado com a ineficiência, a ineficácia, a falta de importância que o governo do Estado dá para o turismo, que gera tanto emprego e renda e que nos orgulhava como baianos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, deputados e deputadas, desde antes do Carnaval que falo aqui sobre isso. O secretário Fábio Vilas-Boas, quando tentei instalar aqui uma CPI do Centro Cirúrgico do Hospital Ernesto Simões, logo deu um prazo: que no dia 13 de março entregaria o centro cirúrgico. Divulgou nota em todos

os jornais, em todos os *blogs*, em todos os *sites* dizendo que no dia 13 de março entregaria o centro cirúrgico completamente reestruturado.

Estamos já quase em 13 de abril e o secretário Fábio Vilas-Boas ainda não entregou o centro cirúrgico. Por que digo isso? O que é que faltou? Faltou o zelo da Sesab, faltou o cuidado do governo do Estado em dar uma olhada, em planejar, em cuidar. Porque no dia em que eu estive lá, na quinta-feira do Carnaval, inclusive em companhia da deputada Fabíola, conversamos com a diretoria e percebemos que não havia a menor condição de entregar aquilo em uma semana.

Mas a falta de zelo, de cuidado, de responsabilidade com a população baiana... Ele deu aquele prazo, dia 13 de março. Em pleno Carnaval, ele prometeu novamente esse prazo de 13 de março. E aí a irresponsabilidade da Sesab. Até hoje ele continua dizendo que seria aquele prazo.

Porque eu quis retornar a esse tema, senhoras e senhores? Porque no dia de ontem o Sindicato dos Médicos do Estado da Bahia informou que vai haver uma paralisação para chamar a atenção da Sesab, do governo do Estado, porque se o Governo não sentar para conversar sobre as reivindicações dos médicos haverá uma greve geral da categoria.

Será necessário uma paralisação, uma greve geral de todos os médicos do Estado para que a Sesab, o governo do Estado sente com os médicos para negociar? Será que mais uma vez a população será penalizada pela falta de negociação do governo do Estado?

Faço um apelo à Sesab, ao governador Rui Costa para que sentem, negociem. Porque vai ter que negociar! O deputado Hildécio sabe muito bem disso, que na hora em que a categoria começa, vai dizer o seguinte: “Chegou a hora de negociar! Temos as nossas reivindicações aqui, temos essa pauta de reivindicações. Na hora em que a gente senta, temos as nossas exigências e vamos sentar para negociar!”

Quando nos organizamos, fazemos assembleia e dizemos: ou vai ser assim ou assado, a coisa vai, realmente, andar.

E se o secretário da Saúde não senta e negocia não entendo o porquê.

Será que vai ser necessário a greve ser instalada? Será que vai ser necessário paralisar todas as atividades médicas?

E quando falamos, sabemos que não vai ser só...

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Para concluir, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES:- Com sua tolerância, Sr. Presidente.

(...) ambulatorial, sempre se estende um pouco, e acaba prejudicando todas as atividades de urgência e emergência também.

Então, faço esse apelo ao secretário: que calce a sandália da humildade, sente e negocie com a categoria médica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Gostaria de informar a visita da Escola Municipal Amauri Montalvão, que nos está prestigiando hoje com seus alunos. Bem-vindos. Grande Expediente.

Com a palavra o orador inscrito, deputado Hildécio Meireles, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores aqui presentes, funcionários da Casa, imprensa, estudantes presentes nas Galerias, ao final do ano passado, mais precisamente, entre os meses de outubro e dezembro, por reiteradas vezes a nossa Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo convidou o secretário de Turismo do Governo do Estado para comparecer à nossa comissão no sentido de fazer alguns esclarecimentos sobre a situação da atividade turística na Bahia, sobretudo sobre a problemática do Centro de Convenções, que, inclusive, é objeto, hoje, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que será brevemente instalada nesta Casa.

E, infelizmente, o secretário não atendeu ao nosso convite. No início desta legislatura, aprovamos em nossa comissão a convocação do secretário de Turismo, que, finalmente, hoje compareceu.

Mas, para minha surpresa... Os Srs. Deputados e as Sr^{as} Deputadas sabem que as comissões têm um horário limite para dar início às reuniões ordinárias e que se até aquele horário não houver quórum não se inicia a reunião. Por coincidência, os deputados da Base do Governo que fazem parte da comissão chegaram 3 minutos após esse horário. Ou seja, não houve quórum e não foi possível realizar a reunião na forma regimental.

Mas, em conversa com o secretário, e tenho que reconhecer que ele teve boa vontade, terminamos, caro deputado Luciano, fazendo uma reunião informal. E foi bom porque, de toda sorte, começamos a descortinar os problemas que afetam a atividade turística na Bahia.

Há pouco o deputado Adolfo Viana colocava algumas características que são peculiares ao Estado da Bahia: tem a maior costa litorânea de todo o Brasil, praias belas, maravilhosas, que não preciso nem citá-las aqui; temos a mais rica história deste País, já que a Bahia, e Salvador, é o berço do nosso País, uma rica culinária, um folclore muito abundante em todo o Estado; temos o turismo religioso, o turismo de aventura; ninguém mais neste País tem um potencial maior do que a Bahia para desenvolver a atividade turística, que mexe com toda a cadeia produtiva. Costumo dizer, deputado Pablo, que a atividade turística mexe do tomate ao pimentão até o avião, é uma cadeia completa.

Portanto, acho que, de fato, o Governo da Bahia, nos últimos 10 anos, não tem dado importância a essa atividade como ela merece. E trago aqui dados estatísticos, informações, inclusive do próprio orçamento estadual, informações de instituições como a Federação Baiana de Hospedagem e Alimentação, que o secretário de

Turismo terminou por tentar desmentir esses dados que nós trouxemos, que é a pura realidade do nosso Estado. Começo, por exemplo, meu caro deputado Pablo, para acentuar a importância dessa atividade turística que, mesmo fragilizada como está, ainda participa do PIB com algo em torno de 5,6%. Portanto é de fato uma atividade importante.

Mas, o governo da Bahia, posso-lhe afirmar aqui, a participação da Secretaria do Turismo no bolo orçamentário do governo, nesses últimos 10 anos, correspondeu a uma média de apenas 1,45%.. Quero fazer um reparo aqui, apenas de 0,38% foi a participação da atividade turística no bolo orçamentário do governo do Estado. Enquanto que, no período de 2000 a 2006, aí, sim, a participação, meu caro deputado Angelo, era de 1,45%, ou seja, quase quatro vezes mais. O governo anterior ao do PT tinha um orçamento, a Secretaria do Turismo, de cerca de quatro vezes mais do que nos períodos do governo do PT, que foi de 2007 a 2015!

Além de essa média ser baixa, ela vem sempre e sempre diminuindo a cada ano. Por exemplo, meu caro deputado Pablo, no último ano de 2016, ano passado, na execução orçamentária do governo do estado a participação da Secretaria do Turismo foi apenas de 0,16%. Aliás, o ex-secretário Domingos Leonelli, que fora secretário de Turismo no governo Wagner, em uma entrevista ele foi muito verdadeiro quando disse que, apesar de ser amigo pessoal do ex-governador e do atual governador, mesmo tendo sido prestigiado assumindo a Pasta do Turismo, ele afirmava ali que o governo do PT, de fato, não percebe a importância que o Turismo tem. Ou seja, não tem boa vontade com essa atividade que gera tanto emprego, que gera tanta renda para a Bahia e para o Brasil.

Trouxe ainda mais dados, meu caro deputado Pablo. A queda do número de passageiros que desembarcaram em nosso aeroporto de Salvador é vertiginosa. Em fevereiro de 2015, se você fizer uma relação entre fevereiro de 2015 e fevereiro de 2017, foi de algo de 26%.

O Sr. Luciano Ribeiro:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Enquanto no aeroporto de Recife, apenas 3%. O número de estabelecimentos comerciais envolvidos no trade turístico, se a gente quiser só falar de Salvador, e aí, deputado Paulo Rangel, coincide com o fechamento do Centro de Convenções, se a gente quiser considerar a partir de maio de 2015 até janeiro de 2017, foram 61 hotéis fechados em Salvador, 1881 restaurantes e similares fechados em Salvador. Foram 1.741 bares ou outros especializados em servir bebidas. Foram 443 agências de viagem fechadas. Foram 128 operadoras de turismo fechadas.

Coincidentemente, repito, exatamente a partir do período que fora fechado o Centro de Convenções. A partir de 2013, houve uma queda também vertiginosa do número de ocupação nos hotéis e pousadas da Bahia. Em 2013, a ocupação foi de apenas 57%; em 2014, 58%; em 2015, 54%; e em 2016, 53% apenas. Enquanto que no período que antecedeu os governos Wagner e Rui Costa, essa média de ocupação dos nossos hotéis girava em torno de 70%.

Então, está muito clara, Srs. Deputados, Sr^a Deputada Angela, a decadência da atividade turística em nosso Estado. Está muito clara e evidente a decadência turística da nossa capital em virtude do fechamento do Centro de Convenções.

E aí o secretário de Turismo ou, se não me engano, algum deputado da Base do Governo presente à reunião...

O Sr. Pablo Barrozo:- Um aparte, deputado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- (...) argumentar que o Centro de Convenções, ultimamente, só estava servindo para formaturas?! Qualquer um de nós que passava por lá – eu, em particular, passava muito, pois morei perto – via sempre eventos comerciais, eventos de negócios que ocupavam aquele Centro de Convenções.

Mas, imaginem, se de fato ele estivesse só sendo usado para formaturas, já seria de grande utilidade. Não tem utilidade nenhuma agora, porque, aliás, só serve para escombros. Quero ceder um aparte ao nobre deputado Luciano Ribeiro e, em seguida, ao nobre deputado Pablo Barrozo.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Deputado Hildécio, V.Ex^a nesta tarde faz uma explanação coerente, madura e segura sobre o tema que se propôs a discorrer neste Grande Expediente. Traz aqui o retrato daquilo que foi a audiência com o secretário. Por isso, quero mais uma vez parabenizar e exaltar a sua competência, a sua dedicação a este Parlamento e ao mandato que V.Ex^a tanto honra.

Quero apenas dar um testemunho do que, efetivamente, representa um centro de convenções para uma cidade com a vocação turística que Salvador tem. Com todas as belezas naturais que tem e a com rede hoteleira que possuía – ainda possui, mas era muito maior –, esta cidade sempre teve um atrativo muito grande, e sempre será, para que se realizem aqui as grandes feiras, as grandes convenções, os grandes seminários.

Eu, como advogado, já tive a oportunidade de participar de tantas convenções, de tantos seminários nesse Centro de Convenções, quando o Brasil todo e até o exterior convergiam para esta cidade.

Tem um congresso, meu caro, que participo quase todos os anos, o Congresso Brasileiro de Direito do Estado, que é daqui de Salvador. E já há algum tempo ele não é mais realizado aqui. Fiquei triste, esta semana, ao receber o convite para esse congresso, que será realizado em São Paulo ou em Brasília, se não me engano. Repito, esse grande congresso era sempre realizado, todos os anos, em Salvador. Isso tudo fruto da falta do nosso Centro de Convenções. Isso é inegável, então não se pode, de forma nenhuma, aceitar que é irrelevante esse tema, como quis dizer o governador.

É por isso que, mais uma vez, parabenizo V.Ex^a por esse pronunciamento. Vamos adiante com aquilo que propusemos.

Muito obrigado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Obrigado, deputado Luciano Ribeiro.

Concedo um aparte ao deputado Pablo Barrozo.

O Sr. Pablo Barrozo:- Deputado Hildécio Meireles, quero aqui parabenizá-lo pela iniciativa, na comissão, de convocar o secretário de Turismo. V.Ex^a presidiu muito bem os trabalhos. Mesmo não sendo membro dessa comissão, fiz questão de participar dessa reunião diante da importância que vejo no turismo, com toda a sua amplitude na Bahia e na nossa capital, para a nossa economia.

Volto a enfatizar aqui a condução e a seriedade como V.Ex^a conduziu os trabalhos. Esse tema, acima de tudo, além de discutido, tem de sair daqui com cobranças ao governador, de todos nós.

E aí faço questão de me referir ao que V.Ex^a citou: no ano passado, foram fechados 60 hotéis – 60 hotéis, não foi um barzinho de esquina de rua, não! – e 2 mil bares e restaurantes registrados na Junta Comercial do Estado da Bahia. Vinte mil empregos deixaram de existir nesse setor. Enquanto isso o governo estava aqui aumentando o ICMS, refletindo, inclusive, nos bares e restaurantes através da venda de bebidas alcoólicas, por exemplo.

Infelizmente, com esse quadro, com essa falta de importância que ele dá... E V.Ex^a demonstrou muito bem isso através do que é destinado dentro do Orçamento do Estado para o turismo, mostrando como o governo do Estado olha a nossa querida capital e o nosso Estado.

Infelizmente, o que nós vemos é um governo que realmente não prioriza o que é importante e não potencializa o que há de natural em nosso Estado, o que de há natural na nossa capital, que é o próprio turismo. Ainda tem mais: nós temos, com a Baía de Todos os Santos – uma das mais belas do mundo – o turismo náutico, que poderia trazer muito emprego e renda para cá, mas não é implementado.

Óbvio que também não é algo simples, mas vemos um governo que tem dificuldade em definir onde se constrói um centro de convenções, que é algo importante; vemos um governo que passa 3 anos tendo um prejuízo de 200 milhões por ano, deixando de arrecadar recursos e de gerar emprego e renda – ou seja, mais de R\$ 600 milhões, porque já se passaram 3 anos. Enfim, tudo isso porque o governo não define o local para construir esse centro de convenções nem define os seus parceiros. Só fica na promessa.

Faz promessa à la a da Ponte Salvador – Itaparica. Agora as promessas desse governo têm até apelido: “Promessa à la Ponte Salvador – Itaparica”, ou seja, uma promessa que é só para inglês ver, apostando na ignorância da população baiana. Quando nós vemos essa postura do governo do Estado, só temos que esperar o pior.

Enquanto isso, a Associação dos Bares e Restaurantes, que são pessoas que geram emprego e renda, a Associação dos Hotéis, a Associação das Agências de Viagens, a Salvador Destination, que é um órgão preparado e competente para atrair turismo para cá, estão desesperados, com a mão na cabeça, porque veem que o turismo, com a ineficiência do governo, está na UTI, a ponto de morrer. Não morre porque tem uma tendência natural de Salvador e do nosso Estado para o turismo.

Mas, infelizmente, quando se junta essa falta de prioridade do governo do Estado com a violência, vemos o que temos visto. Porque ninguém vai à Baía de Todos os Santos, à Ilha de Maré para ser assaltado; ninguém vai atravessar para Ilha

de Itaparica para ser assaltado; assim como em toda a Salvador também acontece isso. Felizmente, no Pelourinho – acho que o governo do Estado considera que é o único lugar na Bahia que tem turismo – tem policiamento.

Mas vemos o Comércio e outras regiões em que o turismo deveria ser melhor explorado; como também a Orla de Salvador, que está linda – de Itapuã, da Ribeira, de São Tomé de Paripe, de Tubarão, do Rio Vermelho e da Barra –, poderia ser melhor explorada pelo turismo.

Parabenizo o amigo pela audiência que fez com o secretário. Temos de tratar esse tema, que é super-relevante. Não podemos deixar isso ficar parado ou ficar solto no ar, à la Ponte Salvador – Itaparica.

O Sr. Luciano Simões Filho:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Obrigado, deputado Pablo.

Nessa história do Centro de Convenções, o que a gente percebe é que, de fato, há um bate-cabeça muito grande do governo, ninguém sabe para que direção vai. Olha, tem cerca de 2 anos e não há, até hoje, nem sequer uma decisão com relação a esse equipamento tão importante para o nosso turismo da Bahia e de Salvador, em particular.

Com o aparte o deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Deputado Hildécio, agradeço o aparte.

Essa CPI é o assunto do momento, é o assunto de grande relevância na Casa, e na conversa do nosso Bloco Parlamentar, PMDB/PSC, em conversa com o nosso Líder Pedro Tavares, chegamos ao consenso de que V.Ex^a é o nome mais preparado do nosso Bloco para participar desse debate, onde o governo tem que entender que esse é um debate sobre o Estado.

Política acontece, aqui é uma Casa política, é natural, mas V.Ex^a na presidência da Comissão do Turismo e Desenvolvimento Econômico, desde o início do seu mandato, vem sempre pautando a sua Comissão no âmbito do Estado, não somente com políticas de governo. E o nosso entendimento, não é prioridade no governo do PT, desde o Sr. Jaques Wagner, que o turismo seja uma prioridade, principalmente em Salvador.

Eu lembro bem, no início dos trabalhos, agora, esse ano que o governador Rui Costa veio a esta Casa, fazendo um discurso de mais de duas horas, e parecia que o PT estava ilhando o governo naquele momento, naquele dia. E são 12 anos, amigos e amigas baianas, são 12 anos de PT na Bahia, onde não existe um investimento nem um plano sério de turismo para o nosso Estado.

Parabéns, Hildécio pelos trabalhos na Comissão e nessa vindoura CPI que vai acontecer.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Muito obrigado, deputado Luciano Simões. Com o aparte o deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Eu agradeço o aparte concedido por V.Ex^a, nobre deputado Hildécio Meireles, que tão bem preside uma das mais importantes

comissões nesta Casa, que é a Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo.

V.Ex^a, hoje pela manhã, fez uma reunião de extrema importância no âmbito daquela Comissão, onde tínhamos a presença do secretário de Turismo do nosso Estado e, infelizmente, o que nós pudemos observar, através do debate e das discussões que foram travadas na manhã de hoje, pudemos constatar, definitivamente, que o turismo não é prioridade desse governo, e não tem sido a prioridade ao longo desses 10 anos. O turismo que tem uma força muito grande na nossa economia, que é uma indústria sem chaminés, como é normalmente falado pelas pessoas, acadêmicos que militam nessa área, sabemos da importância que tem para a economia do nosso Estado e da nossa capital.

E eu fiz questão de questionar, na reunião de hoje pela manhã, e o secretário reafirmou e concordou, que um dos graves problemas que nós temos enfrentado na nossa capital é a situação do aeroporto Luís Eduardo Magalhães. Eu fiz uma constatação, e como é triste você ver um Estado como o nosso, uma cidade como a nossa, uma das mais importantes cidades do nosso País, de belezas naturais incríveis, que tem a segunda maior Baía do mundo, como foi dito pelo secretário, ter um aeroporto nessas condições.

E aqui o que a gente presenciou, e que eu venho presenciando ao longo desses anos é que o discurso do PT sempre foi..., inclusive esse discurso foi utilizado, sucessivamente, em todas as eleições, que a Bahia não poderia perder a oportunidade de ter um governo comandado pelo PT e um governo federal comandado pelo PT.

E isso ocorreu, mas, infelizmente, isso não traduziu em nenhum benefício para o desenvolvimento do turismo em nosso Estado. Está aí a situação do aeroporto, deputado Hildécio, o aeroporto completamente abandonado, indiferente de outros Estados, como o do Ceará, da cidade de Fortaleza que tem um aeroporto moderno, a cidade do Recife que também conseguiu construir um aeroporto moderno, e a Bahia não. Faltou uma voz firme para defender, para exigir, que a Bahia seja respeitada. E a gente cobrou isso, insistentemente, todos esses anos, mas, infelizmente, a Bahia ficou para trás no que diz respeito à construção de um aeroporto moderno e eficaz. Essa é a verdade cristalina dos fatos. Falou-se tanto num novo aeroporto na cidade de Ilhéus, outro polo turístico que precisa de investimento. E não foi feito nada. Nesse sentido é que precisamos fazer esse debate, porque tiveram oportunidade de fazer e não fizeram. Tiverem oportunidade de investir em infraestrutura turística em nosso Estado e o secretário não teve argumento para responder essa nossa indagação.

Com relação ao Centro de Convenções, vamos ter grande oportunidade de fazer um amplo debate, se quiserem inclusive comparar com o governo passado, estamos prontos para rever os números e dados. O turismo de negócios e eventos é um dos principais emissores de turistas para o nosso Estado. É importante que a sociedade baiana possa saber, porque a Bahia sempre foi reconhecida no Estado brasileiro e no mundo por ter profissionais competentes na área do turismo. Tivemos Paulo Gaudenzi, um mestre, que conhece profundamente e sempre foi elogiado por todos os outros governadores do País.

Não vou me alongar, parablenizo V.Ex^a e peço a tolerância para que o deputado Hildécio conclua o brilhante pronunciamento que faz, nesta tarde.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Obrigadoo, deputado Leur.

Para concluir, o que mais me deixou chocado é que me pareceu que o secretário do Turismo está muito satisfeito com a participação no Orçamento da sua Secretaria. Está tão satisfeito que o governador mandou baixar ainda mais, e, o previsto para este ano, é menor ainda que o do ano passado. Certamente a sua execução ainda será menor que a do ano passado.

No mínimo na CPI do Centro de Convenções vamos chegar à conclusão que este governo prevaricou, porque não cuidou bem de um patrimônio como deveria ter cuidado. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos apartesantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Com a palavra o nobre Líder do Governo ou da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PT/PSD/PTN para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, falará o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de até 12 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, servidores, imprensa, visitantes, ouvi atentamente as intervenções dos diversos deputados sobre o turismo na Bahia. Realmente é de um desconhecimento irreparável à maioria das intervenções realizadas aqui. Primeiro, o secretário teve a generosidade de comparecer à Comissão e não teve quórum dos deputados de governo nem os de Oposição. Então essa história de dizer que existe uma preocupação com o turismo... estava aqui o secretário do Turismo, deputado Leur Lomanto Junior, para ser ouvido.

O deputado Hildécio apresentou um relatório de umas 10 páginas com dados da Federação de Turismo do Estado da Bahia que foi literalmente desqualificado pelo secretário. Primeiro, o secretário foi presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagem e a Bahia tem no máximo 300 agências de viagem. E o relatório diz que fecharam quase mil agências de viagem no Estado da Bahia. E o secretário disse: “Gostaria eu, quando era presidente, que pudesse ter essa quantidade de agência de viagem no Estado da Bahia.” Ou seja um relatório totalmente desconectado da realidade do turismo e das instituições vinculadas ao turismo no nosso Estado. Quer dizer, é fazer um discurso apenas para questionar o governador.

Quero aqui dizer, deputado Leur Lomanto, que é verdade, o Partido dos Trabalhadores esteve no governo, mas não soube escolher corretamente os seus parceiros. Talvez seja por isso que pagou um preço muito alto. Primeiro, foi golpeado pelo seu partido que assumiu, através de um golpe, a Presidência da República numa articulação com os diversos segmentos que ali estavam. E quem governou a Infraero no Estado da Bahia, nos governos Dilma e Lula, foram os seus parceiros. Não era o

PT que estava coordenando a Infraero no nosso Estado. E é por isso que estamos pagando um preço muito alto, deputado Gika...

O Sr. Leur Lomanto Junior:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- (...) porque escolhemos equivocadamente nossos parceiros.

Queria dizer ao deputado Pablo que o secretário fez uma bela apresentação, podemos discordar, não tem problema. Quando ele citou essa questão da Feira de São Joaquim, não disse que fosse para lá visitar as prostitutas. Talvez o desconhecimento por parte do deputado das obras literárias de Jorge Amado o leve a dizer as asneiras que falou aqui. O secretário falou, deputado Pablo, fazendo uma alusão às obras de Jorge Amado, que as famílias chegando lá pudessem encontrar as contradições que Jorge Amado escreveu nas suas obras literárias. Mas é difícil debater com alguém que sequer conhece uma obra do nosso querido Jorge Amado. Talvez seja por isso que ele tenha falado as besteiras que falou. O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Com o aparte o deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Deputado Rosemberg, sei que a intenção dele não foi essa, realmente, quando disse: *“Leve suas famílias e conheça a obra de Jorge Amado, Capitães de Areia e etc, e as garotas de programa.”* V.Ex^a tem que entender que foi uma junção muito infeliz quando coloca que leve suas famílias e conheça a obra de Jorge Amado, inclusive as garotas de programa.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Não, não foi assim, não. Eu estava presente, V.Ex^a não estava lá.

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a permite? O que acontece? Entenda que ele foi infeliz. A intenção dele foi uma coisa, a obra, o que ele falou, o que ele publicizou, foi o contrário do que ele queria. Esse é o tema, há de se reconhecer que houve uma infelicidade na colocação. V.Ex^a, inteligente como é, com a percepção que tem, não é capaz de fazer uma leitura de que o secretário foi infeliz na sua colocação? Querido amigo, com todo respeito que tenho a V.Ex^a, um dos deputados mais brilhantes, meu amigo pessoal – V.Ex^a sabe que somos amigos, realmente, faço questão desse testemunho – no afã de defender o governo, não consegue enxergar, porque está usando óculos de couro. E quem usa óculos de couro não consegue ver nada adiante do nariz.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Há uma diferença, deputado Carlos Geilson, entre conhecer as obras...

O Sr. Hildécio Meireles:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- (...) de Jorge Amado e, obviamente, fazer uma alusão ao desconhecimento. O secretário, que é uma pessoa da área da cultura, da área do turismo, obviamente que utilizou a retórica, e não foi nessa ordem. Ele disse que no final de semana podem visitar, ir com suas famílias, lá vocês vão encontrar o samba de roda, e falou das obras de Jorge Amado. Não foi com esse

espírito. Mas, infelizmente, o nível do debate do conteúdo acaba trazendo uma discussão pífia, como a que foi colocada aqui.

Mas quero aqui dizer, Sr. Presidente, sobre o turismo na Bahia. O turismo na Bahia não é apenas Salvador, dizer que diminuiu o conjunto hoteleiro no Estado da Bahia é assinar o desconhecimento pelo Estado da Bahia. Ampliamos nos últimos anos a capacidade hoteleira do nosso Estado, ampliamos e não diminuimos. Dizer que o Centro de Convenções era o polo de atrações dos grandes eventos do Estado da Bahia, é não conhecer o Estado da Bahia. O deputado Luciano Ribeiro falou de um evento jurídico que ele sempre participou que não veio para aqui, não por falta do Centro de Convenções, foi por falta do patrocínio, da interlocução com a cidade de Salvador, não veio para aqui porque a gestão da cidade de Salvador não interferiu quando deveria interferir e preferiu ficar em cima do muro. E quando equivocadamente foram tiradas de uma forma extremamente equivocada as barracas de praia, que eram uma atração, precisavam de um ordenamento mas não a retirada. Mas o poder público ficou omissa à época com relação a essas questões, ou seja, precisamos entender que o turismo é isso.

O secretário deixou claro, se você for para o Litoral Norte os hotéis estão cheios, se você for para Porto Seguro os hotéis estão cheios, para a Chapada Diamantina, estão cheios. Quem está reclamando é a cidade de Salvador, que a gestão municipal não consegue construir alternativas e oportunidades para trazer o turismo aqui para o nosso Estado.

O Sr. Pablo Barrozo:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- V.Ex^a falou por 25 minutos. Se em 25 minutos V.Ex^a não conseguiu explicar, imagine em 2 minutos que lhe vou dar.

Quero dizer, meu querido presidente, e dizer aos deputados que interferiram aqui, o turismo é muito mais complexo do que a retórica que foi colocada aqui. Falar do turismo náutico, ora, meu Deus do céu, o turismo náutico, a Baía de Todos os Santos foi desprezada durante 400 anos. A Baía de Todos os Santos só foi olhada a partir de um projeto iniciado pelo ex-governador Jaques Wagner, e agora temos condição de termos uma intervenção e financiamento do banco intermunicipal ou banco mundial, do Prodetur, do BID que vão financiar esse projeto de requalificação da Baía de Todos os Santos, porque não tinha projeto, nunca se olhou para a Baía de Todos os Santos. Olhavam para a Baía de Todos os Santos para colocar os seus equipamentos náuticos para sair no final de semana com as suas famílias, mas nunca se pensou ali como um atrativo náutico para o Estado da Bahia. É o nosso governo que está fazendo isso.

Isso não é um projeto de um dia para o outro, é um projeto a médio prazo. É natural que temos que falar dessas questões. Disse, ontem, aqui sobre o equívoco de se falar do Centro de Convenções. O Centro de Convenções foi um equipamento belíssimo na época, mas feito num local inadequado, uma estrutura inadequada, questionado pelos ambientalistas e pelos arquitetos da época, mas vá ver a história no início do Centro de Convenções da Bahia. Quais foram os grandes hotéis que foram atraídos para o entorno do Centro de Convenções? É por que o local de atração do

turismo no Estado da Bahia e na cidade de Salvador é no centro da cidade para ver o Elevador Lacerda, o Centro Histórico, os bares e restaurantes que há ali. Falar que fecharam aqui mil bares na cidade de Salvador, meu Deus do céu, é uma informação extremamente equivocada.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Pergunta para a Abrasel, deputado, quantos bares foram fechados.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Eu até fico chateado porque gosto muito de ir para barzinho e quando fecha um bar para mim é um tormento. Agora dizer que fecharam mil bares e que isso evitou a ampliação do turismo.

Ora, vamos fazer um grande debate aqui, mas, para isso acontecer, é preciso ler mais, conhecer mais a Bahia e conhecer mais as obras do meu saudoso Jorge Amado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PPS para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Falarão na seguinte ordem: o deputado Pablo Barrozo por 6 minutos e o deputado Luciano Ribeiro por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Queridos colegas deputados e deputadas, amigos baianos e baianas a nos assistir através da *TV Assembleia*, eu ouvi, atentamente, o discurso do Líder do Governo do Partido dos Trabalhadores. Infelizmente, na falta do conhecimento técnico e na falta da vivência com o turismo de Salvador e com o turismo da Bahia, ele relatou impropérios ou algo de quem, realmente, fala do que não conhece.

Eu prefiro falar do que eu conheço. Eu prefiro falar de dados. E, aí, eu cito os dados dos 2 mil bares fechados em Salvador, pois este é um número arredondado realmente. Foram 1.885 bares fechados. A Abrasel-BA (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes-BA) divulgou tais números. As empresas foram fechadas na Juceb (Junta Comercial do Estado da Bahia), órgão oficial, pois, lá, o deputado e Líder do PT deveria se informar bem inclusive.

Mas eu não vim aqui para... Aliás, nunca usei esta tribuna para fazer nenhum tipo de ilação acerca do pensamento de nenhum colega deputado.

Porém, se há uma coisa que me orgulha e me fez chegar até aqui para ser deputado estadual foi porque eu, desde pequeno, aprendi que, para crescer na vida, presidente Manassés, tinha de estudar e trabalhar. Eu estudei e trabalhei muito. Trabalhei desde os 12 anos. Moro sozinho desde os 15 anos de idade. E, ainda, continuo a estudar. Eu tenho muito orgulho disso, pois eu, aliás, era chamado de “CDF” no colégio, na faculdade de direito e na pós-graduação. Por todos esses lugares, eu passei com muito orgulho e eu era chamado de “CDF”.

Eu adorava Jorge Amado, assim como adoro Pierre Verger, assim como adoro Caribé. Adoro todos os grandes proeminentes que escreveram, pintaram e falaram sobre a nossa querida cidade do Salvador e sobre a nossa querida Bahia.

Quanto à síndrome do Partido dos Trabalhadores, eu a vi bem clara no discurso de Rosemberg. Trata-se da síndrome de um partido que acabou por inanição ou se matou em sua origem. Eu lembrei, inclusive, do livro A Morte e a Morte de Quincas Berro d'Água. Depois, eu empresto o livro para V.Ex^a ler e entender do que eu estou falando. Na insistência de o Partido dos Trabalhadores sobreviver, continua, ainda, sem se reinventar, quer dizer, inventa mais uma nova mentira.

Mas, infelizmente, eu vejo tudo isso. Vejo o discurso. No entanto, isso só fortalece quem realmente não tem nada a dizer.

O que o governo do Estado faz pela Bahia? O que o governo do Estado faz pelo turismo da Bahia hoje? Por que essa pendenga e essa discussão sobre o Centro de Convenções? Querem diminuir a importância do Centro de Convenções? Então, para isso, venham aqui com dados. Querem tirar o Centro de Convenções do lugar onde o mesmo se encontra? Venham aqui com dados e com estudos, porque vocês têm o corpo técnico para isso. Tragam os estudos e os dados para cá. Mas não venham querer desmerecer os dados oficiais que, com muita responsabilidade, foram postos. Quem conhece o deputado Hildécio Meireles sabe que o mesmo trouxe os dados para cá.

Mas eu entendo o Líder do PT. Ele aposta, como o seu partido, na ignorância das pessoas. Ele acha que todos, através da ignorância, não podem aprender. O Partido dos Trabalhadores nunca apostou no estudo tampouco no conhecimento através do trabalho. Pelo contrário. O partido transformou sindicato sério em baderna e em local de bandido e local de baderneiro. Pelo contrário. O partido pretende, através desta tribuna ou da imprensa, misturar verdade com mentira. Pelo contrário. O partido não acredita que as pessoas sejam capazes de estudar, aprender e ter.

Aí, eu elogio o vereador de Salvador, Alexandre Aleluia, por ter apresentado, na Câmara Municipal de Salvador, o Projeto da Escola sem Partido. Digo isso porque eu tinha consciência e gostava de frequentar as aulas de história e geografia. E ficava revoltado quando via o professor querer incutir em mim a ter o lado partidário por causa das lutas dele. E, hoje, nós vemos aqui o lado das pessoas que estudaram e são preparadas. Há o exemplo do deputado Zé Raimundo, pois reconheço o seu preparo, uma vez que ele é uma minoria no Partido dos Trabalhadores. Mas eu reconheço que há muitos que estudaram e trabalharam para conquistar seus objetivos.

Portanto, deputado Rosemberg, V.Ex^a deveria saber um pouquinho mais da minha história para poder vir a esta tribuna e debater comigo. Tirando esse assunto de menor importância e falando do realmente importante, eu desafio V.Ex^a a vir aqui e trazer o que, realmente, o governo do Estado da Bahia fez de importante para o turismo do Estado. Traga o estudo na área do turismo que o governador e o secretário têm.

E, repito, o desafio! V.Ex^a, inclusive, pode trazer o contexto citado pelo secretário de Turismo quando ele falou das prostitutas. O secretário de Turismo foi

bem claro ao dizer: “Olhem! Venham à Feira de São Joaquim. Aqui, vocês podem trazer as suas famílias porque há o samba de roda para vocês se divertirem.” E, logo após, ele diz: “Inclusive, você pode conhecer aqui figuras pitorescas citadas nos livros de Jorge Amado como os malandros, as prostitutas. Vocês verão, lá, em São Joaquim, essas pessoas.”

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Para concluir, deputado.

O Sr. PABLO BARROZO:- Essa foi a triste e infeliz fala de um secretário de Estado que, no mínimo, não soube elevar a um nível maior o nosso Estado da Bahia. Já não sabe vender o Estado da Bahia lá fora quanto mais aqui dentro.

Então, querido amigo Hildécio, quero, aqui, parabenizá-lo pela audiência realizada por V.Ex^a hoje. Parabenizo V.Ex^a, também, por ser um deputado que estuda e sabe falar com responsabilidade para os soteropolitanos e para os baianos. Parabéns!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, antes de adentrar ao tema a ser tratado em pronunciamento hoje, queria lamentar a visão do Líder do partido do governo acerca do Centro de Convenções ao externar que este patrimônio não representa um instrumento importante para o turismo baiano. É lamentável ouvir isso de um Líder do partido do governo.

Penso, justamente, o contrário.

Vejam, se o Centro de Convenções da Bahia tivesse as dificuldades e os defeitos desde a sua concepção – segundo as alegações do Líder do partido do governo que eu não sei se realmente tal empreendimento possui –, este governo, há 10 anos no poder, deveria ter feito um estudo técnico para constatar o que está, aqui e agora, publicizado, a fim de, então, buscar uma solução.

Observem, a solução, certamente, de um governo responsável não é a de abandonar o Centro de Convenções e deixar que o mesmo fique em destroços como lá está, mas apresentar soluções para sanar os problemas.

Mas quero, aqui, buscar outro tema. Eu ando, sempre, pela Bahia durante os finais de semana a visitar várias cidades. Quero falar de um tema que nos é muito importante: a educação. Deputado Rosenberg, eu estive nos municípios de Rio do Antônio e Feira da Mata no último final de semana. Das pessoas de lá, eu ouvi o que o governo do Estado da Bahia está fazendo com os colégios de Rio do Antônio e Feira da Mata. Para cá, eu trago os dois como exemplos. Isso é algo que não se pode admitir e não se pode defender, apenas, por ser partidário ou não do governador.

Falo, especificamente, do Colégio Estadual do Rio do Antônio. O diretor daquele colégio pediu a sua exoneração por entender que não há condições mínimas de ministrar aulas aos alunos que ali frequentam. Esse é um colégio de referência regional. O colégio tem o seu corpo docente comprometido, pois o mesmo está sendo

obrigado a ver, através da Secretaria da Educação, diminuídos os seus investimentos para as áreas de infraestrutura e de manutenção.

Observem, nesses dois exemplos trazidos por mim, a lógica do governo do Estado para com a educação é a lógica da economia financeira em detrimento do ensino pedagógico. Ora, os professores do ensino médio e os professores de matérias essenciais como química, física e biologia estão sendo dispensados sem haver quem reponha as aulas. Estão sendo diminuídas as turmas para que as salas tenham mais alunos e menos gastos. É impossível se falar em educação de qualidade quando se tem, como meta primeira, a economia financeira sem olhar o futuro das pessoas que frequentam ali.

No distrito de Ramalho em Feira da Mata, os alunos do Colégio Estadual Filomena Pereira Rodrigues estão pedindo socorro ao governador do Estado para o mesmo olhar com olhos de gestor para o seu colégio. Pede-se, ao governador, ter os olhos da responsabilidade com a educação daqueles alunos. A escola está em destroços, pois está funcionando em um prédio emprestado. A escola não tem merenda escolar, pois não possui merendeiras. A escola não possui bebedouros. A escola não possui faxineiros. Não bastam todos os pedidos já feitos e encaminhados à Secretaria da Educação para encontrar as soluções, a fim de sanar os problemas, pois os mesmos restam sem respostas.

Segundo este atual governo, o mesmo entende a educação como prioridade, pois procede a visitas às escolas municipais. Logo, cabe a seguinte pergunta: por que a educação se encontra em uma situação dessa natureza em completo prejuízo no Estado da Bahia?

Por isso, conclamo o secretário da Educação do Estado da Bahia para o mesmo ver com olhos de educador esses casos trazidos por mim.

Deputado Rosemberg Pinto, no momento em que um gestor pede a sua exoneração do cargo de diretor de um colégio em Rio do Antônio sob a alegação de que vai sair porque essa escola não tem a mínima condição de funcionamento, o que há de se esperar?

Este é um momento grave para a nossa Bahia.

São esses os casos trazidos por mim.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Concedo a palavra ao Líder do PSL para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 min.

O Sr. Paulo Rangel:- Falará o deputado Marcelo Nilo por todo tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Concedo a palavra ao deputado Marcelo Nilo por todo tempo.

O Sr. MARCELO NILO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu observei, aqui, rapidamente, um debate político sobre o fechamento de bares e lanchonetes. Vejo o comércio de Salvador ser penalizado com o fechamento de empresas.

O deputado Hildécio Meireles, deputado dos mais atuantes e mais preparados, principalmente nas áreas dos tributos e da fazenda, levantou um debate importante sobre a grave crise pela qual atravessa o comércio. O nobre deputado Hildécio Meireles é o PMDB, mesmo partido do presidente Temer.

Todos nós sabemos que um gestor precisa de, no mínimo, três meses para algum resultado em sua gestão. A população dá o crédito de três meses ao prefeito ou ao governador ou ao presidente da República.

Deputado Meireles, o presidente do partido de V.Ex^a, o golpista Michel Temer, já está fazendo um aniversário, ou seja, completa um ano de mandato neste mês de abril quando assumiu o cargo de presidente da República.

Ora, com um ano de gestão, nós tivemos o aumento do desemprego, pois aumentou o desemprego no Brasil. Nós tivemos, sem dúvida nenhuma, o desaquecimento, em praticamente todas as áreas, da economia do nosso País. A única área que estava funcionando satisfatoriamente era o agronegócio. Aí, o governo de V.Ex^a, o governo do presidente Temer, através do Ministério da Justiça, criou a Carne Fraca e reduziu as exportações nessa área tão importante de bovinos e etc.

Portanto, deputado Hildécio Meireles, deputado Leur Lomanto, deputado Luciano Simões Filho, deputado Pedro Tavares, o presidente do partido de V.Ex^{as} ultrapassou Fernando Collor na impopularidade...

O Sr. Leur Lomanto Junior:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MARCELO NILO:- Darei com o maior prazer.

(...) ultrapassou, inclusive, a presidente Dilma, eleita pelo povo, mas que passava um momento muito delicado em sua gestão, com um Congresso que não tem credibilidade perante a sociedade, e preparou um impeachment, que caçou a presidente Dilma por pedaladas fiscais.

Ora, o presidente Michel Temer, quando se faz uma pesquisa no Brasil, tem 2%. O Presidente Lula chega a 35 ou 36%. As informações, hoje, são de que ele tem 69% de popularidade em Pernambuco, que é governado por um governador aliado do presidente Temer.

Portanto, esses prejuízos no comércio de Salvador não são culpa do prefeito ACM Neto, discordo do meu querido amigo Rosemberg Pinto, não é culpa do governador Rui Costa, é culpa exclusivamente da economia do nosso País, que é comandada pelo partido de V.Ex^a. O que há de positivo no Brasil, na economia, é, sem dúvida nenhuma, responsabilidade do governo federal. É o governo federal quem dá as diretrizes, quem dá o norte na economia do nosso País. O governador Rui Costa não tem condições jurídicas, administrativas ou políticas de direcionar a economia. Alias, por falar no governador Rui Costa, ele é, sem dúvida nenhuma, um dos governadores mais bem avaliados do Brasil.

O secretário Manoel Vitório esteve aqui e mostrou que a economia e as finanças do nosso Estado estão em dia. É um dos poucos Estado do Brasil, que paga o salário do servidor em dia. É um dos poucos Estado do Brasil, que paga o salário do servidor no próprio mês. É um dos poucos estados no Brasil, em que não está

faltando combustível para as viaturas policiais como é no governo do Rio de Janeiro, do PMDB.

Não é um Estado que deve bilhões e bilhões como o governo de São Paulo, do PSDB. Não é como o governador do Rio Grande do Sul, do PMDB, que parcelou o 13º e chegou a atrasar três meses dos servidores públicos gaúchos. Portanto, meu querido amigo, deputado Hildécio Meireles, a Bahia é, sem dúvida, um Estado diferenciado. Mesmo sendo perseguido pelo governo federal, porque o Ministro, secretário de governo, deputado Antônio Imbassahy até agora não disse para que veio. O deputado, então, Secretário Ministro Geddel ajudava a Bahia. Muitas vezes víamos nos sites, nos jornais que o ministro Geddel estava lutando junto ao Ministério da Fazenda, da Agricultura, da Indústria e Comércio para trazer recursos para Bahia, aí se faça justiça ao, então, ministro Geddel. Já, o ministro Antônio Imbassahy até agora não disse para que é ministro de Michel Temer, aliás, ser ministro de Michel Temer pode ser, sem dúvida, o início do encerramento de uma carreira.

É o Presidente mais impopular da história do Brasil. Um ano de gestão era para estar vivendo em céu tranquilo. Lembram-se de Itamar? Que assumiu praticamente, eu diria, na mesma situação, presidente tampão, mas o então, ministro Itamar saiu pela porta da frente, fez um governo à altura do povo brasileiro, criou o Real, deu estabilidade ao País...

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Um aparte, deputado.

O Sr. MARCELO NILO:- Com muito prazer, V.Exª está inscrito...

O Sr. Hildécio Meireles:- V.Exª pode responder uma pergunta?

O Sr. MARCELO NILO:- Espere, darei primeiro a palavra ao deputado Leur Lomanto...

O Sr. Hildécio Meireles:- O ex-presidente Itamar Franco...Pode meu Líder?

O Sr. MARCELO NILO:- Calma. V.Exªs sabem que estou com saudades...

O Sr. Hildécio Meireles:- Só quero que V.Exª me responda a uma pergunta.

O Sr. MARCELO NILO:- Darei o aparte a V.Exª. Estou com tanta saudade desta tribuna. São 10 anos sem discursar e quando chego aqui me empolgo e esqueço que os meus pares estão pedindo um aparte. Primeiro, vou conceder o aparte ao Líder da Oposição, deputado Leur Lomanto Junior, depois concederei a V.Exª.

O Sr. Hildécio Meireles:- Vou ser breve, deputado.

O Sr. MARCELO NILO:- Como é bom debater com dois deputados. Deputado Leur, diga-se de passagem, tem sido um brilhante Líder, atuante, indo fiscalizar se seus liderados estão participando das comissões. Toda hora ele põe a cabeça na sala das comissões para ver se alguém está faltando. Isso é bom.

Concedo o aparte a V.Exª e quero ver V.Exª defender Michel Temer, só quero ver.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Agradeço o aparte de V.Exª, deputado Marcelo Nilo, agora V.Exª esqueceu de registrar no seu pronunciamento, que se o Brasil se encontra na situação que está, hoje, deve-se ao Governo do PT, esta é a pura

realidade. O Presidente Michel Temer ao assumir a Presidência da República, e V.Ex^a recorda-se muito bem e quem está nos ouvindo e assistindo através da *TV Assembleia*, também, que a inflação estava em disparada, a bolsa estava caindo, o dólar chegando a quase R\$ 4 e hoje temos que ser justos com a política econômica implementada pelo Presidente Michel Temer, deputado Marcelo Nilo.

A inflação, o dólar está em queda, a bolsa de valores dando sinais de melhora, a política econômica implementada, a não ser que V.Ex^a queira dizer também que o ministro Henrique Meireles não tenha competência de estar no cargo de Ministro da Fazenda. A política econômica implementada pelo Presidente Michel Temer, tem sido elogiada por todos, todos os professores, todos os artigos do Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, têm elogiado a política econômica ...

O Sr. Hildécio Meireles:- Tempo deputado.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- O deputado Rosemberg não quer me deixar terminar. Não vou me alongar, só para pontuar com relação à política econômica que o PT acabou com o Brasil, essa é a verdade.

O Sr. Hildécio Meireles:- Tempo deputado.

O Sr. MARCELO NILO:- Para concluir deputado.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Vocês entregaram um País falido ao presidente Michel Temer. Não vai ser em um ano não, vai precisar de 10, 15 anos...

O Sr. MARCELO NILO:- Deputado Leur.

O Sr. Hildécio Meireles:- A palavra ao deputado Marcelo Nilo.

O Sr. MARCELO NILO:- Só para concluir. Deputado, a inflação está em queda, porque o consumo caiu, porque o povo não tem recursos para comprar, é falta de compradores. V.Ex^a sabe que são a oferta e a procura que medem a inflação, toda inflação é fruto de demanda, é fruto de compradores, por isso que caiu.

Concluo Sr. Presidente, com a tolerância de V.Ex^a. Só para dizer a V.Ex^a que quem está elogiando realmente são os banqueiros, quem está elogiando são os homens que investem nas bolsas, eu quero é o povo com comida, com trabalho e com escola e isso não estamos vendo deputado Leur Lomanto. Infelizmente o presidente Michel Temer está mudando o País. Eu agradeço a tolerância.

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSC para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, com a palavra o deputado Hildécio Meireles, pelo tempo de 6 minutos, e o deputado Fábio Souto, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobre deputada Ângela Sousa, senhoras e senhores, é indiscutível a capacidade, a habilidade do deputado Marcelo Nilo. Vejam, os senhores, que ele, rapidamente, desfocou o debate que estava havendo aqui, a problemática do nosso Centro de

Convenções, a situação decadente do turismo na Bahia. O deputado Marcelo Nilo chegou aqui e, como num toque de mágica, conseguiu desfocar esse debate, e nós vamos centralizar de novo.

Quero fazer alguns reparos em relação ao que ele falou sobre a situação do País, a situação da Bahia. O presidente Temer é muito mais presidente dele do que meu, porque ele votou com a presidente Dilma, que tinha como vice o presidente Temer. Portanto, é indevida essa afirmação do deputado Marcelo Nilo quando diz “o presidente de vocês”, é o presidente em que ele votou.

O deputado Marcelo Nilo tenta desqualificar a política econômica implementada pelo governo que, segundo ele, é golpista e está perseguindo a Bahia. Ao contrário, o ritmo de liberação de recursos do governo federal para a Bahia continua a todo vapor, haja vista que a obra do metrô não parou e nem para porque o governo federal está comparecendo com aqueles recursos que são de obrigação da União.

Quero me dirigir ao deputado Rosemberg Pinto, acho que ele foi muito infeliz quando tentou desqualificar os dados que nós trouxemos para a Comissão, como os dados que trouxemos para este Plenário. Todos aqueles dados, deputado Rosemberg, são da Federação Baiana de Hospedagem e Alimentação, portanto, um órgão, uma instituição, com todas as credenciais para desenvolver um trabalho como esse.

Lógico e evidente que o que chega aqui para o secretário falar não é a verdade absoluta. Eu fico ainda mais abismado, sinceramente, com a capacidade que têm alguns membros do governo, que têm alguns membros desta Casa em transformar o que é real em imaginário. É impressionante essa capacidade dos membros do Partido dos Trabalhadores, sejam membros do Poder Executivo e até, com algumas exceções, evidentemente, membros desta Casa que fazem parte da Base do Governo. Eu fico abismado!

Lembro-me até, deputado Luciano Ribeiro, daquela figura do Mr. M, do Fantástico. É impressionante! Uma das coisas que eles deixam transparecer é que o governo do PT está se iniciando na Bahia neste momento. Parece que não faz 10 anos que o Partido dos Trabalhadores está no poder na Bahia. E eles apontam os problemas que a Bahia tem como se eles não tivessem ainda tido tempo de recuperar, de transformar. É impressionante. Continuo aqui a clamar, meu caro deputado Leur, como esse povo consegue ludibriar a consciência dos baianos.

Ainda na semana passada, deputado Fábio, pousou em Valença uma grande comitiva do governo do Estado, se não me engano, quatro ou cinco aeronaves. Eu sei que quando é carro é carreata; quando é barco, que a gente usa muito lá, é barqueata. Não sei ainda como é com avião, mas o fato é que desembarcou em Valença uma comitiva do governo do Estado levando quatro aeronaves, uma de médio porte, para continuar fazendo promessas para uma região onde, até hoje, em 10 anos de governo desse partido, não vemos uma obra sequer que mereça nossa referência – uma obra sequer!

O governo ia naquela região, no passado, para inaugurar, por exemplo, asfalto da estrada Camamu-Valença para incentivar a atividade turística. O governo ia

naquela região para inaugurar o asfalto da estrada Valença-Nazaré para incentivar a atividade turística. Ia naquela região para inaugurar um aeroporto, no sentido de incentivar a atividade turística.

E o que a gente vê hoje? O governo vai lá fazer espuma. No outro dia, foi a Santo Antônio de Jesus entregar viaturas que, no passado, eram entregues nos quartéis ou na porta da Secretaria da Segurança. Hoje é feita política com a entrega de viaturas.

Enquanto isso, as manchetes continuam: *“Assaltantes explodem agência do Banco do Brasil em Boa Nova”*; *“Manifestantes queimam dois ônibus em protesto contra operação da PM”*; *“Quadrilha invade cidade da Bahia, rouba banco e faz guardas reféns”*; *“Jovem é morto, e homem é baleado dentro de táxi em Lauro de Freitas”*; *“Adolescente é baleada dentro da escola na Bahia”*; e por aí vai.

Daqui a pouco vai chegar alguém aqui para dizer que tudo isso é mentira e que a Bahia está às mil maravilhas. Aliás, eu queria tanto morar na propaganda do governo da Bahia!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Com a palavra o deputado Fábio Souto, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, presidente Manassés, gostaria de solicitar a V.Ex^a que peça ao Serviço de Manutenção aqui, da Assembleia, para verificar o que está ocorrendo com o meu nome. Já tem quase 20 dias que está com esse problema, que ainda não foi corrigido: eu dou presença, mas ela não aparece no painel. Já há algum tempo que isso está ocorrendo e ainda não foi solucionado.

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Está registrado e será resolvido, deputado.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Quero dizer, queridos amigos deputados, deputadas, que, na vinda do secretário, ficou provado que o turismo não é prioridade. Nenhum secretário, com a maior boa vontade que tenha, infelizmente, pode fazer um trabalho a contento, correto, que atenda às demandas do turismo da Bahia, com a quantidade de recursos que o secretário de Turismo nos apresentou.

Eu queria discordar do deputado Rosemberg, a quem respeito muito, um deputado sensato, correto nas suas colocações, em relação ao Centro de Convenções. O Centro de Convenções, meu prezado colega Rosemberg, está prejudicando, sim, o turismo na Bahia. O deputado Hildécio colocou, com muita tranquilidade, com muita seriedade, dados que a gente não pode dizer... Claro, os dados da economia, V.Ex^a colocou aqui, afetam o turismo.

Nós temos que ver essa realidade, afetam muito, não só o turismo, a indústria, o comércio, mas, efetivamente, como há algum tempo eu coloco aqui, os grandes eventos. Quando a gente fala em grandes eventos, são os simpósios na área da saúde, na área do comércio, a própria área de turismo. Os grandes simpósios, os grandes

eventos de classes que tinham a Bahia como um porto seguro – um Estado que sempre era um dos primeiros a ser escolhido para esses eventos –, infelizmente, pela falta de um centro de convenções adequado, que comporte simpósios e convenções de 5, 6, 7 mil pessoas, não estão vindo para a Bahia.

Isso gera... Nós observamos ali em volta do Centro de Convenções que vários hotéis se fecharam, isso pela falta do Centro de Convenções. Eram hotéis que tinham a ligação estreita da sua ocupação com a ocupação do nosso Centro.

Então, sem sombra de dúvidas, deputado Hildécio, concordo com V.Ex^a, o turismo foi muito afetado, está sendo muito afetado, vários hotéis do nosso Estado foram fechados, vários bares e restaurantes foram fechados. Nós temos que ser justos, a economia tem a sua parte, a crise econômica, mas realmente a falta de prioridade que o governo vem conferindo ao turismo, colocando poucos recursos nessa área... V.Ex^a fez suas colocações aqui observando fielmente o orçamento do governo do Estado. V.Ex^a é um deputado que, quando vem a esta tribuna, vem cercado de dados corretos, dados sobre os quais se debruçou estudando. Então, nós observamos que o governo do Estado não tem o turismo como prioridade.

O Estado, economicamente, tem perdido muito na área de empregos, na área da economia. Nós conversamos com o trade turístico, que conversa também com os deputados da Base do Governo, que visita os deputados da Base do Governo – para finalizar, deputado Manassés –, que coloca com muita sinceridade, com muita clareza, o que o turismo do Estado da Bahia vem perdendo pela falta de um Centro de Convenções adequado em nosso Estado.

Esperamos que o governo do Estado, que o governador Rui Costa, do fundo do coração, resolva esse problema, que realmente tem atingido vários baianos que vivem do turismo no nosso Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do PSD, para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, vai falar, pelo tempo 11 minutos, o deputado Angelo.

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Com a palavra o deputado Angelo Almeida, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa presente a este debate político e caloroso que diz respeito à situação dos 10 anos de governo – um debate que tenta imputar a esse governo a crise e suas consequências, e, dentro desse processo, uma discussão que hoje começa a repercutir sobre o Centro de Convenções após a instalação de uma CPI.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, cheguei à cidade do Salvador, capital do nosso Estado, em 1979, vindo de Feira de Santana estudar, exatamente no ano em que foi inaugurado o Centro de Convenções. Participei de diversas

formaturas; me formei naquele ambiente, ali foi o palco da minha formatura pela Faculdade de Odontologia da Universidade Federal da Bahia; meus irmãos se formaram lá; e participei também, naquele espaço, de diversos congressos de Odontologia ocorridos na época, portanto, já se vão 38 anos.

Tive o cuidado, ao vir participar deste debate, de conversar com duas pessoas, uma é um político a quem aprendi a admirar, respeitar e ter na conta de um dos mais íntegros homens públicos que este Estado teve a oportunidade de ter como político, Domingos Leonelli; a outra pessoa é muito próxima da minha família, é amigo pessoal e tem alguns trabalhos feitos junto com o Sr. Carlos Emílio Strauch, exatamente o engenheiro calculista da obra imponente, bonita – colocada, aqui, com muita propriedade, pelo deputado Rosemberg Pinto, como uma obra feita no local errado.

Segundo informações, coincidentemente, tenho essa pessoa muito próxima à minha família. O deputado Adolfo Viana sabe, inclusive, quem é. E coincidentemente, dialogamos sobre isso indo a Feira de Santana com o profissional que hoje é companheiro de viagem e nosso motorista aqui, na Assembleia. Ele, na época, há seis meses, era funcionário da Sucab e responsável por levar os fiscais da Sucab para fiscalizar a obra de reforma, digamos assim, do Centro de Convenções. E ele disse: *“Deputado, não era um só, não, toda semana ia um diferente, toda semana era um problema diferente; a estrutura... toda semana tinha um estresse”*. Meu caro deputado Rosemberg Pinto, não sou engenheiro, mas a gente, enquanto dentista, sabe como é que funciona uma reforma também, uma reforma não é como uma construção. Quando você bota a mão para fazer uma reforma, o imponderável pode acontecer.

Ouvindo dessa pessoa próxima à família e amigo pessoal do Dr. Engenheiro Carlos Emílio Strauch, projetista daquela obra, ele deixou claro – e inclusive já existe um laudo, e esse laudo vai aparecer – que o Centro de Convenções já tinha estruturas comprometidas há muito tempo.

Por mais que se tenha ali uma estrutura de aço SAC 300, o aço mais especial, mais resistente que existe, usado nas plataformas da Petrobras, a manutenção teria que ter sido constante. Mas o fato é que essa manutenção constante nunca houve, em nenhum momento. O que houve é que o Centro de Convenções foi exatamente inaugurado em 1979, mas foram fazer a primeira manutenção em 1993, 14 anos depois. Para uma estrutura como aquela, no local inadequado que está, a manutenção teria que ser constante, mas ocorre que não foi.

Então, Sr. Presidente, meus queridos colegas, sinceramente o que estamos vendo aqui é um show pirotécnico querendo trazer esse debate do Centro de Convenções para fazer dele um embate político com o intuito claro de desgastar o governo, que vem caminhando a passos largos a caminho do sucesso.

No momento oportuno, meu querido amigo, companheiro e conterrâneo Carlos Geilson.

Nós temos convicção, tenho andado, tenho acompanhado e visto de perto o rigor com que o governador Rui Costa vem tocando o seu governo. Tive

oportunidade de andar com ele em alguns trechos de metrô e ver o cuidado com os detalhes que o governador tem de fazer o melhor e de exigir o melhor para que seja entregue ao povo da Bahia. Recentemente, confesso que fiquei perplexo ao ver o prefeito de Salvador quase dirigindo um trem do metrô. Abri o jornal e tomei um susto, achei aquilo cinismo desenfreado, querendo colocar-se como partícipe do processo.

Quem é político, quem não é político, quem lê, basta ler e acompanhar o noticiário deste Estado para saber que ainda como chefe da Casa Civil, nomeado pelo ex-governador Jaques Wagner, foi o então secretário Rui Costa quem liderou esse processo de condução do projeto da maior obra de mobilidade urbana atualmente em curso, não é do Brasil, não, é na América Latina. Portanto, hoje disse lá ao governador que a minha geração de políticos, que a geração que nos antecede tem a gestão do governador Rui Costa como exemplo a ser seguido, pelo cuidado, pelo zelo com que faz as coisas.

Então, se for trazer o debate para uma CPI, vamos à CPI. Agora, eu confesso a vocês que aquela obra que já estava no seu limite de fadiga por conta de anos de má manutenção na sua estrutura, é o que vai aparecer. Infelizmente, por melhor que tenha sido executada à época, eu não quero fazer juízo de valor sobre o que foi executado àquela época, mas está claro que o acompanhamento, o cotidiano de manutenção não era e não foi adequado para aquele tipo de obra da forma como ela está e onde ela está construída. Tenho muita tranquilidade com relação a isso.

E, hoje, tive a oportunidade, ao conversar com algumas pessoas, de saber, por exemplo, que estava ali naquele momento em que houve o desabamento, um tirante caiu e já estava em fase de tentar tirar aquele tirante para botar outro no lugar, exatamente o que quebrou. Mas outros, e outros, e outros tirantes estavam também em estado de fadiga. E, aí, Deus, Nosso Senhor do Bonfim, no meu entendimento, perdoem-me se eu estiver tergiversando, mas aí é consciência própria, foi muito generoso com a Bahia, porque imaginem se aquele Centro de Convenções, povoado numa grande feira, se um tirante daquele racha, o que poderia acontecer aqui em nosso Estado.

Portanto, querer jogar a culpa do problema do Centro de Convenções nos 10 anos de governo do PT, perdoem-me, é muita pequenez. Uma obra de 40 anos! E estará apresentado em laudo. Estou dizendo aqui, porque eu procurei informações. Vai estar apresentado em laudo! Aquela obra, aquela estrutura de aço não recebeu devidamente as manutenções cotidianas no curso da sua história.

Volto a repetir: aqui, ao chegar em 1979, eu tive a oportunidade de ainda jovem, na minha adolescência, comparecer em formaturas. Ali eu me formei, ali, antes de me formar, participei também de congressos e, depois de formado, participei de congressos. E nós sabemos que andávamos ali e quando olhava para um canto já estava todo bichado. De vez em quando, quando dava um vento, tremia.

Eu quero dizer que eu dou graças a Deus. Para concluir, Sr. Presidente, ao conversar com meu querido companheiro, amigo e dirigente partidário, Domingos

Leonelli, ele me disse: “Angelo, eram 154 pessoas, engenheiros, arquitetos e técnicos, para dar conta daquele bicho grande”.

Então, eu digo: é pegar um elefante, botar no quintal de uma casa para dar comida, para tomar conta da casa. Que se vá embora o Centro de Convenções. Viva o nosso governo! Vamos renovar, vamos inovar! Vem aí Campus Party, que vai ser na Fonte Nova, graças a Deus.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, falará por 6 minutos o deputado Zé Raimundo; por 5 minutos, o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas, deputados, deputadas, os que nos assistem pela *TV Assembleia* e pelas redes sociais, queria aproveitar este momento para abraçar vários amigos e lideranças de muitas cidades que farão aniversário nos próximos dias 05 e 07 de abril.

Deixo aqui meu abraço para a companheira Andréa Oliveira, ex-prefeita de Anagé, e também para amigos vereadores Jadiel, Igor Macário, Alan da Saúde, Napoleão, João Aguiar e toda a militância daquele querido município. Da mesma forma, queria saudar o companheiro Cloves, ex-prefeito de Planalto, pelo aniversário da cidade, que comemora, assim como Anagé, seus 55 anos. Também saúdo os vereadores Bandeira, professor Renê, Flávio Nogueira, Danilo Moreira e o companheiro Robério.

Deixo um abraço para a querida Caetité, cidade de tantas glórias na história da Bahia, cumprimentando o nosso querido vereador Moacir José; nossa liderança, Joaquim Bandeira, Paulo Ledo, Joverlindo, Itamar, Anilde e todas as lideranças daquela bela cidade.

Queria cumprimentar, pelos 28 anos de Matina também em 07 de abril, o nosso prefeito Jucélio Alves Fonseca; Otílio Fernandes; o vice-prefeito; o querido amigo, ex-vereador e secretário Eujácio; a nossa presidente do PT, Sandra de Fátima, e os companheiros Alexandro Fonseca, Vadiomar Pereira, Gilmar Pereira, Manoel Bezerra e Laurita Fernandes.

Saudar também os companheiros de Cordeiros pelos 54 anos daquela bela cidade. O prefeito, Delci Alves; o vice-prefeito, Renivaldo de Souza; os vereadores Fabiano, Dão Jóia, Renerinho, Ademar e Pedro de Gregório, além dos ex-prefeitos Zé de Betina, Vavá e o ex-prefeito Sido.

Finalmente, deixar um abraço para os queridos amigos de Malhada pelos 54 anos daquele belo município. O ex-prefeito companheiro Gimmy, os vereadores Jorge Aragão, Juliene Nunes, Manoel Messias, Manoel Rufino, além dos companheiros

Guto e Mário. Finalmente, o companheiro Cláudio, de Sebastião Laranjeiras, pelos 54 anos.

Sr. Presidente, gostaria também de trazer rápidas considerações sobre esse debate que a Assembleia trava, neste momento, sobre o desempenho do governador Rui Costa e em particular sobre essa questão do turismo.

Lembraria também, como fez aqui o nosso Líder do PT, Rosenberg Pinto, que o turismo é uma atividade complexa para a qual concorrem inúmeras variáveis. É claro que todos nós gostaríamos de ter em funcionamento o nosso Centro de Convenções, mas o turismo também vem sofrendo uma dinâmica com características inovadoras, sobretudo nos últimos anos.

Quando o presidente Lula implementou um projeto de inclusão social de geração de emprego e renda, o turismo se tornou algo como fenômeno de massa. Nesse período, eu tive oportunidade de visitar algumas cidades da minha querida Bahia e também de fora da Bahia do Brasil. E o turismo foi de forma generalizada. Os aviões partiam para a Europa cheios de turistas. Em Porto Seguro, praticamente não se encontrava, no final do ano, e sobretudo nos grandes feriados, um espaço para alugar – diria também no interior da Bahia: no período de São João, na Semana Santa. Para a Chapada Diamantina milhares e milhares de turistas baianos e de outros estados se dirigiam. Aqui na Linha Verde, de dezembro a fevereiro, ficavam completamente cheias as praias, hotéis e pousadas, porque a população aproveitava o dinamismo da economia para conhecer, visitar um parente. Ou seja, o turismo é, na verdade, a geração de emprego e renda, a distribuição de renda; não é apenas um evento, um episódio ou um fato isolado.

Agora mesmo, no final do ano, visitei Paulo Afonso. Fiquei surpreso pela bela cidade que é Paulo Afonso – do ponto de vista turístico eu não conhecia. Milhares de baianos ali naqueles cânions. Em Piranhas, visitam a Trilha do Cangaço, lá onde Lampião foi assassinado. Milhares de jovens estudantes também viajando a Bahia inteira.

Portanto, você não pode mensurar, avaliar o desempenho de um governador por esse episódio, mesmo porque as obras que Rui Costa está fazendo em Salvador vão transformar a Cidade na capital com maior capacidade de atração de turismo. Está aí o metrô, as grandes avenidas, a questão também da melhoria, da recuperação das praias da orla, que nesse particular também a Prefeitura de Salvador contribuiu, não vamos aqui omitir, com recursos federais, em parceria com o governo federal. Da mesma forma que o governador Rui Costa, porque, infelizmente, Salvador era a pior orla da Bahia, e agora com as intervenções do governo do Estado ela está se regenerando, está se tornando atraente.

Por isso, Sr. Presidente, tenho absoluta certeza de que o turismo de Salvador vai ser outro depois de Rui Costa. Não apenas pelo centro de convenções, mas pelo conjunto da obra que esse belo governador vem fazendo no interior, nas festas populares, como São João...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, senhor deputado.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- E, para concluir, nobre deputado Sandro Régis, inclusive Poções, aquela bela cidade, vai receber também investimento em infraestrutura para que, na Festa do Divino, V.Ex^a possa ser recebido com toda alegria e com a duplicação da Rio-Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o nobre deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Paulo Rangel:- Vamos fazer uma permuta. Quem vai falar é o deputado Marquinho por até 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Ok, nobre Líder Paulo Rangel.

Com a palavra, o deputado Marquinho pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados, meu amigo que ora preside esta Casa, nobre deputado Sandro Régis.

Venho a esta tribuna, nobres deputados e colegas, para falar que foi sancionada uma lei de minha autoria sobre o asfalto ecológico. Na segunda-feira, eu vou a São Paulo, porque tenho uma audiência marcada com o diretor-geral de Estradas e Rodagens daquele estado, que, há quase 13 anos, já tem essa lei aprovada. A lei determina a mistura, no asfalto, de pneu inservível: o pó que resulta de sua trituração é misturado ao asfalto. Já está comprovado que há uma durabilidade 3 vezes maior do que a atual. Em São Paulo já foi feito o recapeamento em algumas estradas. Outro dia, vi numa reportagem que em São José do Rio Preto já foi feito. Diversas avenidas e autoestradas em São Paulo já trabalham dessa maneira.

Então, qui na Bahia, um projeto de lei de minha autoria, que apresentei a esta Casa, foi aprovado e sancionado em 2016. Tenho marcada uma visita não só ao governo do Estado, para ver como funciona lá, como é o processo de licitação e a obrigatoriedade das empresas que ganham licitação e que fazem estradas, como é que São Paulo procede nesse assunto, como também vou acompanhado de uma única empresa que tem aqui na Bahia, situada em São Sebastião do Passé, que já tritura o pneu, mas para outras finalidades.

Em algumas reportagens que eu pude observar, a maioria dos pneus que não servem mais, que são descartados, vão para a indústria do cimento, aproximadamente 60% vai para a indústria do cimento para fazer energia e queimar para fazer o cimento, aqui e em todo o Brasil.

E uma coisa que eu não sabia também, só depois de pegar algumas reportagens... as empresas que fabricam pneus são obrigadas, para cada pneu que fabrica, de um pneu que não serve mais, eles dão o destino final, que é triturar e jogar isso para a fábrica de cimento. E agora, em São Paulo, já está funcionando bem, em Minas Gerais também tem uma empresa nesse sentido, e nos Estados Unidos, desde a década de 60 que já é usado, triturado esse pneu. É uma maneira de tirar esse pneu velho, que não serve mais, que fica entulhado, servindo de morada para o mosquito

da dengue, entulhando nos rios. Porque é difícil a fiscalização do meio ambiente para obrigar as empresas que fabricam a darem o destino final, que é levar esses pneus que não servem mais para terem outra utilidade.

E essa lei... assim que voltar de São Paulo, quero até deixar registrado aqui, nobre presidente, já que o presidente da Casa está descontando do deputado que falta às sessões, que na próxima segunda-feira e terça-feira eu não vou poder comparecer a esta Casa, pois terei uma audiência com um órgão do governo em São Paulo e também com duas empresas que já fazem esse processo do pneu.

Quero trazer isso aqui para o governo do Estado, visto que já foi comprovado em diversos outros estados e países. Por que não usar na Bahia e dar um destino a um pneu que não serve mais, e fica só degradando o meio ambiente? Vamos usar em algo que é de interesse coletivo, de todos nós, de toda a humanidade, que é tirar esse pneu que não serve mais e misturar isso no asfalto, visto que já foi comprovado, repito, que tem uma durabilidade três vezes maior que esse.

Então, todos os depoimentos dados pelos técnicos... realmente não sei dizer se o custo irá aumentar muito, mas pelas reportagens está comprovado, nobre presidente, que para cada quilômetro de asfalto misturado com pneu, usa, aproximadamente, mil pneus. Então, a cada quilômetro... e é um asfalto de qualidade, com uma durabilidade ainda maior.

Uma vez que o governo do Estado já está procedendo, as empresas que fizerem as estradas agora, ficarão na obrigação de também conservar.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Para concluir, nobre presidente.

Então, vai ficar ainda mais fácil, porque as empresas, hoje, vão ter que fazer o asfalto de melhor qualidade para que não tenha manutenção e ela não gaste dinheiro com isso.

Quero parabenizar mais essa atitude do governador Rui Costa, e ver a possibilidade de juntar essa parte do pó de pneu no preparo do asfalto.

Era só isso. Obrigado pela tolerância, nobre presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar DEM/PV para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Pedro Tavares:- Sr. Presidente, falarei por 5 minutos e o deputado Prisco por 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Soldado Prisco pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente, deputados presentes nesta Casa, membros das galerias, imprensa, o Centro de Convenções foi um assunto debatido

aqui nesta Casa, e o nobre companheiro aqui, o deputado, colocou que não aconteceu nenhuma tragédia ali no Centro de Convenções, graças a Deus.

Só que o deputado esqueceu de citar que ali tinha uma Companhia da Polícia Militar da Bahia que foi instalada por este governo e por este comando. Mesmo o prédio em reforma, mesmo sabendo que poderia acontecer algum problema, a Companhia foi instalada ali. Dois policiais militares saíram feridos daquela situação. Um deles teve o carro destruído e, até o presente momento, não foi sanado pelo governo do Estado. Nem o Comando da PM nem o governo do Estado procuraram esse policial para ver a situação do seu veículo. Um verdadeiro absurdo.

Alegar aqui que não foi feita a manutenção do Centro de Convenções? O governo Jaques Wagner ficou oito anos, mais dois anos do governo Rui Costa, e nenhuma manutenção foi feita nesse período. Alegar que não foi feita a manutenção? Não é cabível esse tipo de discurso colocado aqui. E dizer que o governador tem acompanhado, tem feito tudo de forma bem presente? Só se for na imprensa, na mídia. Porque quando se vai para o campo de trabalho para ver como está, nada acontece. Haja vista a situação da Segurança Pública, como foi colocado pelo deputado Fábio sobre a entrega das viaturas. Isso tem sido usado pelo governo como um ato político. Ora, quem vai trabalhar naquelas viaturas? Vai tirar cópia dos efetivos? Porque não há efetivos.

Vimos denunciando essa situação da violência na Bahia, as condições de trabalho dos servidores dessa área, dos policiais militares e os civis, dos membros do Corpo de Bombeiros e dos agentes penitenciários. No último final de semana tivemos duas perdas irreparáveis, dois agentes penitenciários foram assassinados. Não vimos uma nota do governo ou da imprensa, nenhuma preocupação com a vida daqueles trabalhadores. Tivemos uma fuga no presídio de segurança máxima, dito pelo próprio governo, que não foi uma fuga qualquer. Fugiram 25 presos perigosíssimos, chefes de facções de alta periculosidade, e nada é falado sobre isso.

O secretário ainda vai para a televisão e diz que estava em seu gabinete e não tem culpa do que aconteceu; diz que o presídio é de segurança máxima, que oferece todas as condições e que vai investigar a conduta dos funcionários. Isso prova que o secretário Nestor Duarte não conhece o Complexo Penitenciário da Mata Escura, acho que nunca foi lá. Porque se fosse, teria visto que de segurança máxima não tem nada. É o único complexo penitenciário do Brasil que é aberto, não é murado, qualquer pessoa entra. Mas ele diz que é de segurança máxima.

Não é a primeira fuga, infelizmente não será a última. Há dois meses, nesse mesmo presídio, fugiram 15 presos de alta periculosidade. A prova é que há dois meses falamos aqui e agora estamos falando de novo. O complexo não tem nenhuma condição de trabalho para os servidores que ali estão, tanto os agentes como os policiais, assim como para os internos também. É de uma fragilidade absurda, entra droga, arma, entra tudo o que quiser, a qualquer hora. E não é por culpa do servidor, é ineficácia da própria Secretaria. O presídio está em ruína total, as câmeras não funcionam, não tem iluminação, não tem guarita necessária. Inclusive, as guaritas da UED foram feitas pelos policiais militares que lá trabalham. Não há condição alguma

de trabalho. Um presídio onde deveriam ter no mínimo oito guaritas, só tem duas e que foram feitas pelos policiais. E o secretário diz que a culpa é dos servidores. Realmente esse secretário não conhece o sistema penitenciário para verificar as condições desse complexo.

Foi aprovado por esta Casa – inclusive com votos da Oposição, fui o relator – o Fupen, o Fundo Penitenciário. Espero que situações como essas não ocorram mais, que o governador e o secretário saiam do gabinete e vão lá ver a realidade do sistema penitenciário, não só aqui em Salvador, mas na Bahia inteira. As fugas têm acontecido a todo dia e a toda hora. Essa fuga aconteceu durante o dia num complexo penitenciário extremamente perigoso.

E continua lá, aberto. Nenhuma providência foi tomada após a fuga desses criminosos que estão nas ruas. Depois de um imenso trabalho feito pela polícia para deter esses marginais, eles continuam à solta, infelizmente, por incompetência do secretário e do próprio governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o líder da Região Cacaueira, deputado representante de Ilhéus, Itabuna e adjacências, deputado Pedro Tavares.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Meu caro presidente, deputado Sandro Régis, deputados aqui presentes, imprensa, acompanhei com muita atenção o pronunciamento de diversos parlamentares da Base Governista. Parece que esses parlamentares estão vivendo em outra Bahia. Eu que tenho visitado o interior da Bahia com frequência tenho visto que a realidade do interior é outra. Queria, mais uma vez, cobrar do governo do Estado melhorias para diversas estradas do interior da Bahia. A realidade é que as estradas do interior da Bahia estão em péssimas condições.

Deputada Fátima Nunes, queria falar da BA-144, que liga o município de Morro do Chapéu a Várzea Nova até Lages do Batata, importante distrito de Jacobina. Essa estrada se encontra em péssimas condições, totalmente intransitável. Essa estrada, deputados aqui presentes, seria alvo de uma manifestação da população local no começo de fevereiro. O governador Rui Costa chamou o prefeito de Várzea Nova para comunicar que, até março, começaria a recuperar essa estrada. Chegamos em abril e a estrada não começou a sua recuperação. Quem sofre é a população que tem que passar todos os dias por ela. Os enfermos, os estudantes, quem precisa trabalhar em outras cidades sofre diariamente. E ainda esperam a palavra do governador e do governo de que essa obra começaria até o final de março. Até agora não começou.

Também queria falar da BA-156, que o deputado Luciano Ribeiro conhece tanto. Aquela BA que liga o município de Botuporã a Tanque Novo e Tanque Novo até o entroncamento da cidade de Caetité se encontra em péssimas condições. O

governo já anunciou que vai reformar a estrada, que vai recuperar a estrada, mas nada acontece. E quem sofre é a população, quem sofre são os estudantes que estudam em Caetité, são os enfermos, é a população que tem que utilizar diariamente essa estrada.

O deputado Zé Neto, hoje, voltou muito feliz de Feira de Santana. Existe a BA-120, que liga o município de Santo Estevão a Ipecaetá, uma estrada importante. Tive a oportunidade de visitá-la na última sexta-feira e pude constatar que se encontra em péssimas condições. A população clama pela melhoria dessa estrada, há 10 anos que essa estrada está em péssimas condições e não vemos uma ação efetiva.

Espero que o governo do Estado tenha sensibilidade com o povo do interior e comece a olhar com atenção sua população, que comece a recuperar as estradas que estão totalmente acabadas, que comece a fazer jus à propaganda. Porque, hoje, o que se encontra é a Bahia da propaganda, mas a realidade é muito diferente.

Quero falar, também, sobre a questão da violência no interior do Estado, os assaltos a bancos, as explosões a caixas eletrônicos. Ultimamente, vimos um assalto na cidade de Irecê, assaltaram e explodiram o Banco do Brasil e, hoje, Irecê está sem banco. Em Irecê, a população não tem mais aonde realizar seus serviços bancários no Banco do Brasil. Ao lado de Irecê há uma cidade importante chamada João Dourado, o Banco do Brasil também se encontra fechado, porque também foi explodido por bandidos. O que mostra a falta de segurança que o interior da Bahia vem sofrendo. A população da região de Irecê não tem mais como utilizar os serviços bancários do Banco do Brasil. A população de Irecê e João Dourado têm que ir para o Banco de Lapão. O Banco de Lapão, na última sexta-feira, parecia um pandemônio. Eram muitas pessoas querendo utilizar os serviços bancários, mas é um Banco de estrutura pequena e que não tem as condições necessárias para atender, a contento, todas essas pessoas

Deixo aqui, mais uma vez, a minha cobrança ao governo do Estado para que olhe para as estradas do interior da Bahia e que também priorize a segurança pública no interior do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Obrigado, deputado Pedro Tavares. Dando continuidade à sessão, com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 6 minutos o deputado Joseildo Ramos, e pelo tempo de 6 minutos o deputado Paulo Rangel.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, subo a esta tribuna e me comprometo a não trabalhar as defesas que eu sempre faço do governo que apoio, e também vou evitar expor a minha opinião sobre o governo Temer. Tentarei aqui colocar o que ouço, aquilo que eu vejo nas pesquisas, vou tentar

traduzir o sentimento das ruas, dos municípios onde andamos, e algo me chama a atenção. É bem verdade que no calor da paixão de cada deputado, que tem a sua opinião formada, que de fato sabe por que defende ou porque não apoia este ou aquele governo, mas tem algo que nós não podemos deixar de enxergar.

Hoje, em cada canto dessa Bahia, a população está pronta para aplaudir o governador Rui Costa, que nesse tempo de crise, crise macroeconômica sem precedente, o governador Rui é festejado em grande estilo por onde passa. Tem trazido o Estado solvente do ponto de vista financeiro, do ponto de vista operacional, do ponto de vista administrativo, e tem conseguido atravessar essa verdadeira tormenta do ponto de vista macroeconômico.

A população, certamente, não está olhando o que estou falando em relação ao nosso governador, que apoio, de maneira abstrata. Isso não existe, é a voz das ruas. E do mesmo jeito, no domingo retrasado houve a manifestação dos coxinhas, que foram para as ruas na época do impeachment para brigar contra a corrupção. Talvez tenha sido por isso que o movimento minguou; minguou porque a população percebeu que o metro quadrado dos corruptos, hoje, está no entorno da presidência da República. São seis ministros, agora, envolvidos nas delações que poderão ser comprovadas de maneira efetiva. E o pior: o Ibope, através da sua última pesquisa, não deixou pedra sobre pedra. Estou falando do Ibope, insuspeito, a *Folha de São Paulo* insuspeita, a *Globo*, o *Estadão*, o jornal *O Globo*. Todos eles serrando fileiras e, a uma só voz, colocando a impopularidade abissal desse governo. O governo que colocou o garrote no gasto das políticas públicas sociais desse País, que cresceu seguidamente em 13 dos últimos 16 anos. E que vai continuar crescendo depois dessa crise que estamos atravessando, mas os percentuais da aplicação dos recursos em políticas públicas sociais, na construção do estado do bem-estar social, vão ficar pequenos em relação ao PIB e às riquezas produzidas.

Na realidade, o presidente não pode se apresentar em público. Foi inaugurar em Monteiro, na Paraíba, a chegada do Eixo Leste da transposição do São Francisco, se colocou dentro de um jequi, e a população ficou do lado de fora vaiando o presidente. Uma semana depois, Dilma, que sofreu o golpe parlamentar, o golpe midiático, o golpe judicial, estava lá junto com Lula nos braços do povo, que reconheceu neles dois, efetivamente...

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputado.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Não posso porque só faltam 50 segundos. Só por isso. Se V.Ex^a tivesse pedido antes, tranquilo.

Então, nós podemos não acreditar na Oposição e a Oposição pode não acreditar em nós. Mas nós temos a obrigação de escutar o que o povo está dizendo lá fora. E o povo está dizendo “Fora, Temer!”, o golpista, em tudo quanto é lugar. Deputados federais que votaram no famigerado projeto da terceirização que precariza as relações de trabalho estão sem poder se pronunciar em praça pública, porque a população não quer. A população sabe que eles traíram o sentimento maior da população brasileira.

Então não adianta estarmos sofismando posicionamentos aqui, porque as vozes das ruas não podem e não vão se calar. Precisamos, pelo menos, minimamente, traduzi-las.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Muito bem, deputado Joseildo. Agora, pelo tempo de 6 minutos, o deputado Paulo Rangel.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, me assusta – muito embora esta seja uma casa parlamentar estadual – o silêncio da Oposição em relação à reforma da Previdência. Principalmente o silêncio quando se trata de algo temeroso. Principalmente quando...

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte.

O Sr. PAULO RANGEL:- (...) se avalia que essa reforma não obedece critério algum. Temos aqui, Sr. Presidente, vários representantes do Semiárido baiano. Eu pergunto: a vida média de um trabalhador rural no Semiárido baiano é a mesma vida média de um trabalhador que habita nos grandes centros do nosso País, principalmente no Sul e Sudeste?

Sr. Presidente, é uma temeridade se colocar como idade mínima para a aposentadoria 65 anos, 49 anos de contribuição para aposentadoria integral, sem considerar que o carvoeiro no estado do Pará tem uma vida média de 52 anos. É uma temeridade para o País, inclusive, se imaginar que um eletricista de linha energizada, de linha viva, de linha quente, como nós chamamos a grosso modo, vá trabalhar 65 anos ou ter que chegar a 72 anos para se aposentar com o seu valor integral. É uma temeridade. Nada mais lógico que uma reforma ter como autor intelectual, personalidade política principal, um presidente chamado de Michel Temer.

Uma reforma que prevê uma aposentadoria integral para trabalhadores numa idade média de 74 anos, quando a idade média de vida estimada do brasileiro – considerando-se que é bem superior no Sul e Sudeste que no Nordeste – é de 72 anos. Enquanto na Bélgica, que a média de vida de um trabalhador é de 84 anos, a idade média é de 65 anos para a recepção do valor integral, considerando as especificidades da atividade produtiva de cada trabalhador. Mas a oposição silencia. Silencia. Não se coloca em relação a um tema que não é um tema...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Me conceda um aparte, Excelência.

O Sr. PAULO RANGEL:- (...) psicológico, não é um tema político. Esse é um tema que diz respeito à vida dos cidadãos brasileiros.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Me concede um aparte, Excelência?

O Sr. PAULO RANGEL:- V.Ex^a está inscrito.

Sr. Presidente, o que se pretende na prática é fazer a reforma da Previdência em exemplo mais cruel e mais temeroso do que a que se fez no Chile. Ou seja, é a privatização da Previdência em nosso País. É a mão das previdências privadas, dos grandes bancos que veem nisso um grande vilão. Eu, Sr. Presidente, sempre trabalhei com os pés no chão. Sou daqueles que entendem que tem que ter reforma, sim. Mas

uma reforma criteriosa, uma reforma que veja as prioridades, que veja as especificidades. E não uma reforma da forma como está se tocando. E implantada por um governo sem legitimidade.

Deputado Joseildo, em Pernambuco, o ex-presidente Lula aparece nas pesquisas com 65% das intenções de votos; Bolsonaro, com 6%; Marina Silva, 6%; Aécio Neves, 1%; o presidente Michel Temer, 0%. Presidente mais impopular da história desse País. Pois bem, me parece que não tem preocupação nenhuma em aprovar esse tipo de temeridade.

Me desculpe, deputado Luciano, mas o tempo era muito curto para poder te dar esse aparte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Ordem do Dia.

Projeto de Lei nº 22.157/2017, de procedência do Poder Executivo. Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Direitos Humanos e Segurança Pública e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Designo para relatar a matéria o deputado Pastor Sargento Isidório. (Pausa)

Na ausência do relator, que foi ao Serviço Médico, designo para relatar a matéria o deputado Joseildo Ramos. (Pausa)

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Parecer das Comissões de Constituição e Justiça... Sr. Presidente, o relator acaba de chegar. Eu peço licença da tribuna.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Se V.Ex^a abre mão, deputado, esta Presidência aceita, já que o deputado voltou do Serviço Médico totalmente restabelecido.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Antes, porém, há um requerimento sobre a Mesa: (Lê) “*Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.*

Requeiro, nos termos do art. 89, Parágrafo Único do Regimento Interno, a prorrogação da presente Sessão, pelo tempo de 120 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 04 de abril de 2017”

Os deputados que aprovam permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra, o nobre relator Pastor Sargento Isidório.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, primeiro quero agradecer a V.Ex^a e aos demais deputados pelo direito de

relatar um projeto tão importante, que trata da melhoria de salário para policiais militares que estão em diversas regiões, para que a criminalidade seja diminuída.

Então, é um projeto inteligente do governo do Estado, que agrega salário para os integrantes dessas áreas. É claro que bom seria se houvesse um Ministério de Segurança Pública em nossa Nação, para federalizar as polícias e canalizar recurso federal, para que os governadores pudessem fazer justiça, pagando um salário digno e justo aos policiais civis e militares da nossa Nação.

Estou nesta Casa há mais de 15 anos gritando que é necessário criar o Ministério de Segurança Pública, para, de uma vez por todas, resolver o problema salarial desses profissionais.

Passo a relatar o projeto: (Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Direitos Humanos e Segurança Pública e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 22.157/2017, de autoria do Poder Executivo, o qual 'Disciplina a concessão do Prêmio por Desempenho Policial - PDP, instituído pela Lei nº 12.371, de 21 de dezembro de 2011'*

A proposição que ora passo a relatar, de autoria do Poder Executivo, destina-se a alterar a Lei nº 12.371, de 21 de dezembro de 2011, que instituiu o Prêmio por Desempenho Policial - PDP, dando nova disciplina à matéria.

A medida tem por objetivo 'aprimorar as disposições para o pagamento do Prêmio por Desempenho Policial - PDP, refletindo o esforço do Estado da Bahia em aperfeiçoar a atuação dos agentes de segurança pública, de modo a reduzir os níveis de criminalidade no território da Bahia', conforme registra o Sr. Governador na Mensagem encaminhada a esta Casa, na qual ressalta ainda que 'assim, reforça-se o compromisso do Estado em prestar serviços de segurança pública mais efetivos, garantindo-se o bem-estar e proteção da população baiana, bem como a valorização dos serviços públicos.'

O PDP, segundo o disposto no Art. 2º do projeto, constitui parcela de caráter eventual, 'atribuída aos servidores exclusivamente em exercício na Secretaria da Segurança Pública, na Polícia Civil do Estado da Bahia ou na Polícia Militar da Bahia, efetivos e comissionados, em virtude do alcance de metas preestabelecidas, em função do desempenho no processo de redução dos Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI, que constitui o Indicador Estratégico de Controle de Criminalidade, previsto na Lei nº 12.371, de 21 de dezembro de 2011.'"

Sr. Presidente, este projeto é um projeto de muita grandeza por parte do governador, visto que corrige, sim, e faz justiça àqueles que estão em todo o Estado, lutando dia e noite para diminuir a violência.

O projeto busca apenas e tão somente melhorar as condições em todos os locais onde os bravos policiais militares ou civis estiverem, diminuindo a violência.

Então é um projeto muito bom para a sociedade, que estimula o trabalho desses profissionais, que lamentavelmente têm os seus salários não justos, porque os policiais militar e civil precisam ser melhor remunerados. Mas eu já estou há muito

tempo nesta Casa dizendo que salário de policial precisa ser pago pelo governo federal, porque os governadores de estado não têm condições de pagar o salário justo que os policiais militares e civis merecem. Todavia, com a criação do Ministério de Segurança Pública, acho que, de uma vez por todas, os nossos policiais civis e militares terão a canalização do recurso federal para as folhas de pagamento e terão justiça.

Portanto, a matéria é legal e o nosso voto, o voto do Pastor Sargento Isidório, bem como, com certeza, o de todos os deputados desta Casa, não só os do Governo, como também os excelentes deputados de Oposição, combativos, todos são favoráveis para que a situação da Segurança Pública em nosso Estado melhore.

Aproveito para parabenizar não só o governador, mas também o secretário de Segurança Pública do Estado, bem como o comandante-geral, o Líder da Maioria nesta Casa, deputado Zé Neto, que se debruçou sobre isso, juntamente com o deputado Leur Lomanto, Líder da Oposição, e o presidente desta Casa, nosso deputado Angelo Coronel, que esforçou-se para no dia de hoje concretizar esse projeto muito importante para a Segurança Pública e para os integrantes das corporações.

Portanto, voto favorável.

Este é o meu parecer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para discutir o parecer, deputado Soldado Prisco no âmbito das comissões.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente, demais deputados aqui presentes, apresentamos algumas emendas ao projeto que infelizmente foram rejeitadas pelo relator. Aqui, para discutir – era bem louvável aceitar essas emendas, até para ajustar o projeto –, no art. 4º, § 2º, o PM que entra no meio do semestre não recebe o PDP, o que é injusto. Ele deveria receber pelo menos proporcional a esse período que ele ficou. Mas no projeto ele não recebe. Para mim é um verdadeiro absurdo, porque é o PM que cumpriu metade do trabalho e não recebe o prêmio por desempenho. Totalmente injusto. Apresentamos a emenda, que não foi acatada, mas ainda peço, se houver a necessidade.

No art. 6º desse projeto fala dos agentes políticos, mas não diz quem são nem descreve quem são esses agentes políticos que terão direito a dois prêmios. Mas nós sabemos quem são esses que, de forma ardilosa, foram colocados nesse projeto como agentes políticos: são os oficiais da corporação. E aí fico a me perguntar: como é que o governo do Partido dos Trabalhadores aceita que os oficiais da corporação, que não estão no *front*, que não estão no combate, vão receber dois prêmios por desempenho? Isto é um absurdo!

Colocamos a emenda. Esperava que esse projeto fosse discutido nas comissões; não foi. E aí veio para cá, mas a emenda foi rejeitada. Gostaria que o próprio Líder do Governo e a Base do Governo avaliassem isso. Como é que os oficiais, que ficam

sentados nas suas cadeiras, nas suas salas, que não vão para o *front*, que não vão para o combate, têm direito a dois prêmios? Que absurdo é esse? Inclusive, o próprio relator, que é um sargento de Polícia, deveria observar isso, meu nobre Sargento Isidório, e falar com o governo sobre esse absurdo. Ainda há uma forma de isso ser consertado.

Apresentamos uma emenda em relação a esse problema, mas não foi acatada. Isso é um desmerecimento total aos 90% da categoria que estão no *front*, no embate, que dão a vida por todos vocês que estão aqui – este ano, nove vidas já foram ceifadas –, e a gente não viu essa emenda ser acatada.

Nesse projeto foi colocado de forma bem rasteira, meu nobre deputado Euclides, “agentes políticos”. Que agentes políticos são esses? São os oficiais, que mais uma vez, de forma ardilosa, por trás dos bastidores, tratam com o governo e esquecem a tropa. Mas, diante da tropa, dizem que amam eles, abraçam eles, fazem café em homenagem a eles – isso aconteceu, por exemplo, quando foram a Irecê, onde houve um combate a mais de 30 marginais. Esses são os oficiais! Que governo é esse que privilegia aqueles que estão numa casta lá em cima e esquece do trabalhador que está lá embaixo, que deveria ser beneficiado e não está sendo?

Gostaria muito que o próprio governo observasse esse art. 6º e não deixasse um absurdo desse acontecer. Não acredito que uma classe trabalhadora... Falam que o governo federal persegue o trabalhador, mas nesse projeto aqui está acontecendo isso, ou seja, privilegiando somente os oficiais.

Gostaria muito que o Líder do Governo ou o próprio relator viesse explicar esse art. 6º e quem são esses agentes políticos. E aí convoco ou desafio tanto o Líder do Governo quanto o relator a virem falar quem são esses agentes políticos. Sabemos que são os oficiais, que são beneficiados em detrimento dos praças, que, infelizmente, mais uma vez são esquecidos e subjugados, tratados como escravos do tempo moderno por esse governo.

O art. 8º fala, mais uma vez, que o policial tem de ficar 90 dias na mesma companhia para poder receber o valor total. Pois bem, depois de ficar 89 dias numa determinada companhia, se o oficial, que é quem comanda, não gostar e retirar o policial de lá, como é que fica? Por causa de 1 dia só, ele não receberá o prêmio por desempenho. É até contraditório para o policial que chega à metade, que cumpra a metade do tempo não poder receber. Mas aqui, se ele não ficar 1 dia, ele também não receberá.

Acho que o projeto do Executivo chega a esta Casa de forma tão atropeladora, como um rolo compressor, que a Base do Governo não teve atenção para pegar, ler, analisar e discutir. Por isso, vota assim: “O governador mandou, temos que votar”. Como o governador falou que quem vota com o governador é governo, e quem não vota não é governo, não se observa que os trabalhadores estão sendo prejudicados nesta Casa.

O prêmio por desempenho é vantagem? É, mas não dessa forma que está sendo colocado aqui. Não se pode glorificar esse projeto da forma que está, porque aqui, mais uma vez, os praças, que, na sua maioria, são os trabalhadores que sofrem a

violência, que sofrem todas as medidas de repressão, que mais têm depressão, haja vista os suicídios que acontecem na categoria... E até temos um fato bem recente exatamente por causa de tratamento como esse.

Então o governador deveria descer do salto, ser mais humano, observar e avaliar essa questão. Como espero também que ele aprove a isenção fiscal para a compra de arma – não por ter sido proposta por mim –, que beneficiará aqueles praças que não têm condições de comprar uma arma. Espero que o governo avalie isso também.

E o art. 14 fala que entrará em vigor em maio do ano que vem. Sendo assim, porque ele não pode pagar o retroativo até janeiro, já que estamos no ano de 2017? É lógico que o governo deveria pagar o retroativo, mas no projeto de lei o governo também não coloca.

Então, esse é o meu pedido, Sr. Presidente, eu gostaria muito que o governo avalizasse e avaliasse essas propostas nossas, que não foram propostas de um membro da Oposição que quer fazer oposição por oposição. Nós fizemos as propostas avaliando o lado do trabalhador, aquele que sofre, que está na rua, no combate no dia a dia para salvaguardar a vida de todos vocês e de toda a população da Bahia. Eu gostaria muito que o governo explicasse, principalmente esse art. 6º.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Menezes:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Adolfo.

O Sr. Adolfo Menezes:- Srs. Deputados, para aqueles que não têm conhecimento ainda, o presidente Angelo Coronel pautou para amanhã o projeto que julgo, e acredito que todos vocês, da maior importância aqui na Casa neste trimestre, que é o fim da reeleição.

Então, depois de seguir todo o ritual, de cumprir todo o Regimento, amanhã, esperamos que a Casa esteja cheia como hoje, para que possamos votar esse importante, projeto que é um desejo de toda a Casa, até, porque teve, praticamente, assinatura unânime na apresentação do mesmo.

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Adolfo Menezes:- Então, acredito que amanhã esta Casa vai dar uma demonstração de que está ao lado do povo, que a maioria do povo não deseja que presidentes, quer seja aqui na Assembleia, nas Câmaras ou em outros Poderes, fiquem se perpetuando no poder. Então, amanhã, acredito que nós daremos mais esse importante passo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem o deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, eu queria parabenizar o deputado Adolfo Menezes pelo lançamento antecipado da eleição à Presidência da Assembleia e parabenizar V.Ex^a pela pauta de amanhã.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, isso não é questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Desculpe, acho que é uma informação válida, mas não é questão de ordem. Depois pode ser informado, mas vamos tocar os trabalhos, até para que a pauta seja tocada.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- V.Ex^a tem razão, nobre deputado.

Encerrada a discussão. Em votação o parecer do relator deputado Sargento Isidório. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em discussão única e votação o projeto de lei nº 22.157/2017, de procedência do Poder Executivo, que disciplina a concessão do Prêmio por Desempenho Policial – PDP, instituído pela lei nº 12.371, de 21 de dezembro de 2011.

Os Srs. Deputados...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para encaminhar, deputado Luciano.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, nós da Oposição, entendemos que se trata de um projeto que, realmente, vem beneficiar...

O Sr. Paulo Rangel:- Para encaminhar, presidente.

O Sr. Luciano Ribeiro:- (...) muito embora a sensibilidade do governo, do Poder Executivo, deveria ter sido para atender às contribuições que o deputado Soldado Prisco aqui trouxe em forma de emenda a esse projeto. Lamentamos, portanto, que não tenham sido, pelo relator, acolhidas as sugestões do deputado Prisco às suas emendas, mas, mesmo assim, encaminhamos à votação, sim, o referido projeto.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, para encaminhar.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel, para encaminhar.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, antes de encaminhar, eu queria colocar aqui, e gostaria da atenção do deputado Prisco, que vou estar encaminhando um projeto a esta Casa em que alguém para se tronar apto a concorrer ao vestibular de oficial da Polícia Militar, ele vai ter que ter prestado serviço como praça durante três anos ininterruptamente. Esse é um projeto que vou apresentar nesta Casa.

E queria dizer também, Sr. Presidente, que concordo com a abordagem do deputado Prisco em relação à dupla premiação para os chamados agentes políticos. Acho que esse é um tema de que devemos tratar, não neste momento, mas subsequentemente. Mesmo assim, acho que esse projeto tem um valor inestimável.

Nós orientamos a Bancada da Situação a votar favoravelmente ao projeto, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado o projeto de lei nº 22.157/2017, de autoria do Poder Executivo, “o qual disciplina a concessão do prêmio por desempenho policial – PDP, instituído pela lei 12.371, de 21 de dezembro de 2011”.

PROJETO DE LEI Nº 22.157/2017

Disciplina a concessão do Prêmio por Desempenho Policial - PDP, instituído pela Lei nº 12.371, de 21 de dezembro de 2011.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Prêmio por Desempenho Policial - PDP instituído pela Lei nº 12.371, de 21 de dezembro de 2011, passa a ser disciplinado por esta Lei.

Art. 2º - O Prêmio por Desempenho Policial - PDP constitui parcela de caráter eventual, atribuída aos servidores exclusivamente em exercício na Secretaria da Segurança Pública, na Polícia Civil do Estado da Bahia ou na Polícia Militar da Bahia, efetivos e comissionados, em virtude do alcance de metas pré-estabelecidas, em função do desempenho no processo de redução dos Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI, que constitui o Indicador Estratégico de Controle de Criminalidade previsto na Lei nº 12.371, de 21 de dezembro de 2011.

§ 1º - O Prêmio de que trata o *caput* deste artigo contemplará resultados alcançados em Áreas Integradas de Segurança Pública - AISP, em Regiões Integradas de Segurança Pública - RISP e em todo o território do Estado da Bahia, não substituindo ou complementando a remuneração devida ao servidor, nem constituindo base de incidência de qualquer vantagem ou encargo, não se lhe aplicando o princípio da habitualidade.

§ 2º - Para fins de delimitação do exercício em AISP, de definição de metas e de acompanhamento da evolução do desempenho serão considerados como componente de cada AISP:

I - as Delegacias de Polícia Territoriais;

II - os Batalhões de Polícia Militar;

III - as Companhias Independentes de Polícia Militar;

IV - as Coordenadorias Regionais de Polícia do Interior da Polícia Civil do Estado da Bahia, desde que, por ato específico, seja definido desdobramento operacional na área, vinculado ao conceito de AISP.

V - as unidades do Departamento de Polícia Técnica, desde que, por ato específico, seja definido desdobramento operacional na área, vinculado ao conceito de AISP.

§ 3º - Para fins de delimitação do exercício em RISP, de definição de metas e de acompanhamento da evolução do desempenho serão considerados como componentes de cada RISP:

I - as unidades sede de Departamentos e Coordenadorias de Polícia Civil, desde que, por ato específico, seja definido desdobramento operacional na área, vinculado ao conceito de RISP;

II - as unidades sede de Comando de Policiamento Regional definidas pela Polícia Militar;

III - as Companhias Independentes de Policiamento Tático da Polícia Militar da Bahia;

IV - as unidades do Departamento de Polícia Técnica, desde que, por ato específico, seja definido desdobramento operacional na área, vinculado ao conceito de RISP.

§ 4º - A edição dos atos específicos de que tratam o inciso IV e V do § 2º e os incisos I e IV do § 3º dependerá da análise prévia e anuência da Secretaria da Segurança Pública, manifestada por ato formal de seu titular, que levará em consideração a aderência do desdobramento operacional realizado com o processo de prevenção e elucidação de CVLI, bem como a observância aos demais limites e condições impostos na presente Lei.

§ 5º - É vedado o pagamento de qualquer antecipação do Prêmio a que se refere este artigo.

§ 6º - Não fará jus ao Prêmio por Desempenho Policial - PDP o servidor que perceba o Prêmio de Desempenho Fazendário - PDF, Gratificação Especial por Produtividade - GEP, prevista no art. 4º da Lei nº 7.023, de 23 de janeiro de 1997, Gratificação de Incentivo ao Desempenho - GID, Gratificação pela Execução de Serviços do Programa de Transportes - GET, Gratificação pela Execução de Serviços do Programa de Edificações Públicas do Estado da Bahia - GEP ou outras vantagens baseadas na aferição de desempenho ou produtividade.

§ 7º - As demais condições e limites para a concessão do Prêmio por Desempenho Policial - PDP serão previstas em Regulamento próprio.

Art. 3º - Para fins de concessão do Prêmio por Desempenho Policial - PDP serão considerados:

I - o local de desempenho, dentro do Estado da Bahia, das atribuições dos servidores em exercício na Secretaria da Segurança Pública, na Polícia Civil do Estado da Bahia ou na Polícia Militar da Bahia;

II - a redução dos CVLI no semestre anterior ao do respectivo pagamento, comparativamente ao do mesmo semestre do ano anterior.

Art. 4º - O Prêmio por Desempenho Policial - PDP terá periodicidade semestral e será calculado inicialmente pelo resultado da multiplicação do fator 0,50 (zero vírgula cinquenta) pelos valores constantes do Anexo Único desta Lei, de acordo com as classificações e critérios definidos para cada faixa especificada nos incisos deste artigo, na forma seguinte:

I - PDP-1, para os servidores:

a) formalmente designados e em exercício na Secretaria da Segurança Pública, na Polícia Civil do Estado da Bahia ou na Polícia Militar da Bahia, desde que atue em unidade integrante de AISP ou RISP que tenha alcançado redução semestral do número de vítimas de CVLI em percentual igual ou superior ao valor da meta estabelecida para o semestre base;

b) formalmente designados e em exercício em departamentos ou delegacias especializadas de Polícia Civil do Estado da Bahia ou em unidades integrantes da estrutura do Comando de Policiamento Especializado da Polícia Militar da Bahia, em ambos os casos previstas em Regulamento próprio, desde que pelo menos 60% (sessenta por cento) das AISP nas quais a sua unidade atua tenham alcançado redução semestral do número de vítimas de CVLI em percentual igual ou superior ao valor da meta estabelecida para o semestre base;

c) formalmente designados e em exercício na Secretaria da Segurança Pública, na Polícia Civil do Estado da Bahia ou na Polícia Militar da Bahia, desde que atue em unidade integrante de AISP ou RISP cuja taxa de vítimas de CVLI por grupo de 100.000 (cem mil) habitantes no semestre base tenha sido menor ou igual a 40% (quarenta por cento) da mesma taxa calculada para o território do Estado da Bahia, no mesmo semestre base, segundo fórmula prevista em Regulamento próprio.

II - PDP-2, para os servidores:

a) formalmente designados e em exercício na Secretaria da Segurança Pública, na Polícia Civil do Estado da Bahia ou na Polícia Militar da Bahia, desde que atue em unidade integrante de AISP ou RISP cuja redução percentual do número de vítimas de CVLI não tenha sido igual ou superior à meta estabelecida para o semestre base e tenha sido igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da mesma;

b) formalmente designados e em exercício em departamentos ou delegacias especializadas de Polícia Civil do Estado da Bahia ou em unidades integrantes da estrutura do Comando de Policiamento Especializado da Polícia Militar da Bahia, em ambos os casos previstas em Regulamento próprio, desde que pelo menos 30% (trinta por cento) das AISP nas quais a sua unidade atua tenham alcançado redução semestral do número de vítimas de CVLI em percentual igual ou superior ao valor da meta estabelecida para o semestre base.

III - PDP-3, para os servidores e agentes políticos:

a) formalmente designados e em exercício na Secretaria da Segurança Pública, na Polícia Civil do Estado da Bahia ou na Polícia Militar da Bahia, desde que atue em unidade integrante de AISP ou RISP cuja redução percentual do número de vítimas de

CVLI for igual ou superior a 20% (vinte por cento) e menor que 50% (cinquenta por cento) da meta estabelecida para o semestre base;

b) formalmente designados e em exercício na Secretaria da Segurança Pública, na Polícia Civil do Estado da Bahia ou na Polícia Militar da Bahia, nas unidades que atuem diretamente no processo de redução dos CVLI, previstas em Regulamento próprio, desde que o Estado da Bahia tenha alcançado a meta percentual de redução semestral do número de vítimas de CVLI.

IV - PDP-4, para os servidores formalmente designados e em exercício na Secretaria da Segurança Pública, na Polícia Civil do Estado da Bahia ou na Polícia Militar da Bahia, nas unidades previstas em Regulamento próprio, desde que o Estado da Bahia tenha alcançado a meta percentual de redução semestral do número de vítimas de CVLI.

§ 1º - O Prêmio por Desempenho Policial - PDP será concedido uma vez por semestre para os servidores que adquirirem direito ao mesmo, em apenas uma das classificações previstas nos incisos do caput deste artigo, vedada a acumulação de qualquer espécie.

§ 2º - O Prêmio por Desempenho Policial - PDP não será pago ao servidor que tenha ingressado no quadro de pessoal da Secretaria da Segurança Pública, da Polícia Civil do Estado da Bahia ou da Polícia Militar da Bahia durante o semestre base.

Art. 5º - No caso de alcance da meta semestral de redução percentual do número de vítimas de CVLI no âmbito do Estado da Bahia, para os servidores que atuem em unidades premiadas com o PDP-1, PDP-2 ou PDP-3, este último na hipótese prevista na alínea “a” do inciso III do art. 4º desta Lei, aos valores de PDP será acrescido o valor resultante da multiplicação do coeficiente 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) sobre os valores constantes do Anexo Único desta Lei.

Art. 6º - Aos valores de PDP obtidos ante a aplicação do art. 4º e, quando for o caso, do art. 5º desta Lei, será acrescido o valor resultante da multiplicação do coeficiente 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) sobre os valores constantes do Anexo Único desta Lei, nas seguintes hipóteses.

I - para os servidores que atuem em unidade de AISP premiada com o PDP-1, PDP-2 ou PDP-3, enquadrada, respectivamente, nas alíneas “a” ou “c” do inciso I, na alínea “a” do inciso II e na alínea “a” do inciso III do art. 4º desta Lei, desde que a RISP na qual se encontra inserida tenha alcançado a meta percentual de redução semestral do número de vítimas de CVLI;

II - para os servidores que atuem em unidade de RISP premiada com o PDP-1, PDP-2 ou PDP-3, enquadrada, respectivamente, nas alíneas “a” ou “c” do inciso I, na alínea “a” do inciso II e na alínea “a” do inciso III do art. 4º desta Lei, desde que, pelo menos mais da metade das AISP que integram o território da RISP tenham alcançado a meta percentual de redução semestral do número de vítimas de CVLI;

III - para os servidores que atuem em unidade premiada com o PDP-3 ou PDP-4, enquadrada, respectivamente, na alínea “b” do inciso III e no inciso IV do art. 4º

desta Lei, desde que pelo menos, mais da metade das AISP do Estado da Bahia tenham alcançado a meta percentual de redução semestral do número de vítimas de CVLI;

IV - para os servidores que atuem em unidade premiada com o PDP-3 ou PDP-4, enquadrada, respectivamente, na alínea “b” do inciso III e no inciso IV do art. 4º desta Lei, desde que pelo menos, mais da metade das RISP do Estado da Bahia tenham alcançado a meta percentual de redução semestral do número de vítimas de CVLI;

V - para os servidores que atuem em unidade premiada com o PDP-1 ou PDP-2, enquadrada, respectivamente, na alínea “b” do inciso I e na alínea “b” do inciso II do art. 4º desta Lei, desde que pelo menos mais da metade das RISP nas quais a unidade atua tenham alcançado a meta percentual de redução semestral do número de vítimas de CVLI.

Parágrafo único - Os servidores que atuem em unidade premiada com o PDP-3, na hipótese prevista na alínea “b”, do inciso III do art.4º desta Lei, ou com o PDP-4, podem acumular os acréscimos devidos quando verificadas em um mesmo semestre as hipóteses dos incisos III e IV do *caput* deste artigo.

Art. 7º - Para efeito do disposto nos artigos 4º, 5º e 6º, as AISP ou RISP, cuja taxa de vítimas de CVLI por grupo de 100.000 (cem mil) habitantes no semestre base tenha sido menor ou igual a 40% (quarenta por cento) da mesma taxa calculada para o território do Estado da Bahia, serão equiparadas às AISP ou RISP que tenham alcançado a meta de redução percentual do número de vítimas de CVLI.

Parágrafo único - Os resultados relativos às RISP serão sempre apurados a partir do somatório dos resultados das suas AISP, mesmo quando dentre estas houver alguma AISP ou RISP equiparada às AISP ou RISP que tenham alcançado a meta de redução percentual do número de vítimas de CVLI, por força do *caput* deste artigo.

Art. 8º - Para fins de aquisição do direito de percepção ao Prêmio por Desempenho Policial - PDP, o servidor deverá cumprir o interstício mínimo de efetivo exercício por 90 (noventa) dias ininterruptos no semestre base em uma mesma unidade da Secretaria da Segurança Pública, da Polícia Civil do Estado da Bahia ou da Polícia Militar da Bahia.

§ 1º - Para efeito do *caput* deste artigo, são considerados como de efetivo exercício os afastamentos decorrentes de férias e os previstos no art. 113 da Lei nº 6.677, de 24 de setembro de 1994, bem como os previstos no art. 141 da Lei nº 7.990, de 27 de dezembro de 2001.

§ 2º - Excluem-se da contagem do interstício previsto no *caput* deste artigo:

I - os afastamentos decorrentes de licenças concedidas com base na Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, e na Lei nº 7.990, de 27 de dezembro de 2001;

II - os afastamentos de natureza preventiva determinados por autoridade instauradora de processo administrativo disciplinar ou de Conselhos de Justificação e de Disciplina da Polícia Militar.

Art. 9º - Na hipótese do servidor ter exercido suas normais atribuições durante o semestre base em mais de uma unidade, observado o disposto no art. 8º desta Lei, o Prêmio por Desempenho Policial - PDP será concedido segundo a faixa de premiação à qual fizer jus a unidade onde o servidor atuou na maior parte do semestre.

Art. 10 - A concessão do Prêmio por Desempenho Policial - PDP na faixa PDP-3, com fundamento na alínea “b” do inciso III do art. 4º, e na faixa PDP-4, fica condicionada ao alcance de redução igual ou superior ao valor estabelecido para a meta percentual de redução semestral do número de vítimas de CVLI no âmbito do Estado da Bahia, fixada nos termos do Regulamento.

Art. 11 - O Prêmio por Desempenho Policial - PDP não será pago ao servidor que, no semestre base, seja punido:

I - com pena de restrição da liberdade em processo criminal, após trânsito em julgado da sentença, durante a execução, incluído o período de sua suspensão condicional, se concedida esta;

II - com penalidade disciplinar de suspensão, detenção ou de demissão, após decisão final, conforme estabelecido em Regulamento.

Art. 12 - Os processos de apuração dos resultados de pagamento do Prêmio por Desempenho Policial - PDP serão estabelecidos por meio de Regulamento.

Art. 13 - Ficam revogados os artigos 8º a 13, 15 e 16, bem como o Anexo I da Lei nº 12.371, de 21 de dezembro de 2011.

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor em 1º de maio de 2017.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

ANEXO ÚNICO
PRÊMIO POR DESEMPENHO POLICIAL PDP (EM R\$)

Classificação	Delegado de Polícia Civil Oficial da Polícia Militar Perito Criminal Perito Médico Legista Perito Odonto-Legal Cargo em Comissão - DAS	Investigador de Polícia Civil Escrivão de Polícia Civil Praça da Polícia Militar Perito Técnico Cargo em Comissão - DAI
PDP-1	R\$ 2.476,98	R\$ 1.733,88
PDP-2	R\$ 1.671,96	R\$ 1.003,18
PDP-3	R\$ 1.238,49	R\$ 743,09
PDP-4	R\$ 619,24	R\$ 371,55

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Há sobre a mesa o seguinte requerimento: “*Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, os líderes do Bloco da Maioria e Minoria Parlamentar, bem como o Líder da*

Bancada independente do PSL com assento nesta Casa, vem, na forma regimental, requerer a V.Ex^a a dispensa de todas as formalidades regimentais para que seja apreciado de logo o projeto de resolução nº 2.486/2017, de autoria da Mesa Diretora, que dá nova redação ao art. 122 e parágrafo único e ao § 2º do art. 42 da Resolução 1.193, de 17 de janeiro de 1985.

Sala das Sessões, 04 de abril de 2017.”

Assinam o deputado Zé Neto, Líder da Maioria, o deputado Leur Lomanto, Líder da Minoria e o deputado Alan Castro, Líder da Bancada independente do PSL.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Designo para relatar a matéria o deputado Zé Raimundo, pela Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo para relatar a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- (LÊ) *“O projeto de resolução nº 2.486/2017 dá nova redação ao art. 122 e parágrafo único e ao § 2º do art. 42 da resolução nº 1.193, de 17 de janeiro de 1985.*

A Assembleia Legislativa resolve:

Art.1º – o art. 122 e seu parágrafo único e o § 2º do art. 42, todos da Resolução nº 1.193, de 17 de janeiro de 1985, passam a vigorar com a seguinte redação.”

Trata-se, portanto, Sr. Presidente, de uma matéria legal, já aprovada pela Mesa Diretora. Considero que tem toda a base legal e constitucional para sua aprovação.

É o nosso parecer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em discussão o parecer do relator. (Pausa)

Em votação no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. Os Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em votação o Projeto de Resolução nº 2.486/2017. Os Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade. **(Publicado em 05.04.2017)**

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Eu gostaria de lembrar aos Srs. Deputados que a Casa recebeu um convite para um café da manhã, amanhã, na Cimatec, que fica na Avenida Orlando Gomes, próximo ao Clube Costa Verde. Lá será apresentado aos deputados um dos maiores projetos da América Latina, na questão de tecnologia. Eu acho muito importante que os Srs. Deputados possam comparecer, a partir das 8h30min, lá na Cimatec.

Gostaria de lembrar aos Srs. Deputados...

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel): Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, eu só queria reforçar que, amanhã, para aprovar o projeto da reeleição, vamos precisar de 3/5 dos deputados presentes. Então, é importante a presença de 3/5 dos deputados para que possamos aprovar o projeto que põe fim à reeleição dos membros da Mesa Diretora.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Também quero informar aos Srs. Deputados que amanhã votaremos a PEC que acaba com a reeleição na Casa dentro da mesma Legislatura. Esse foi um compromisso assumido antes das eleições do dia 1º de fevereiro. A PEC foi apresentada pelo deputado Adolfo Viana.

E amanhã gostaria que a grande maioria, se for a totalidade melhor ainda, comparecesse a esta Casa, por volta das 15h30min, 16h. Haveremos de pedir a dispensa de formalidades para apreciar essa PEC, que precisa de 3/5, ou seja, de 38 votos favoráveis, para acabarmos com a reeleição dentro da mesma Legislatura.

Como não há nada para tratar nesta noite, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Atos Oficiais/Departamento de Taquigrafia

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.